





Inclusão
digital
na
MediDa

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Inclusão digital na medida / Comitê para Democratização da
Informática. São Paulo : Fundação Telefônica, 2007.

120p.

1. Inclusão digital 2. Crianças e adolescentes I. Título

Inclusão digital na MediDa





Iniciativa Fundação Telefônica

Antonio Carlos Valente

Presidente do Grupo Telefônica no Brasil
Presidente do Conselho Curador

Sérgio Mindlin

Diretor Presidente

Maria Gabriella Bighetti

Gerente de Projetos

Maria Cristina Bôa Nova

Coordenadora de Projetos e Coordenadora da Publicação



Consultoria em Inclusão Digital no Pró-Menino

Rodrigo Alvarez

Coordenação Geral

Fátima Oliveira

Coordenação Pedagógica

Paula Takada

Gestão do Projeto e Coordenação da Publicação

Raquel Quintino

Coordenação de Projetos Sociais

Kalu Newton Scrivano

Assistência Pedagógica

Gisele Santos, Laura Fuser, Luis Melo, Suelen Faria

Gestão de Escolas de Informática e Cidadania

Noely Souza

Assistente administrativo-financeiro

Conselho Editorial

Cristiane Fornazier

Coordenadora Pedagógica da Rede CDI

Mayara Regina Romualdo Eduardo

Jovem-monitora do Núcleo de Inclusão Digital da AJAES

Leonel Castro Cabral

Educador da Escola de Informática e Cidadania, do Comec, Campinas.

Gabriela Pluciennik

Coordenadora de parcerias do portal Pró-Menino (Ceats)

Milada Tonarelli Gonçalves

Coordenadora editorial da coleção "EducaRede: Internet na escola" (Cenpec)

Roberto Giansanti

Coordenador do programa Educação de Jovens e Adultos e autor de livros didáticos, da Ação Educativa

Estúdio Girassol

Beth Kok

Esperanza Martin Sobral

Projeto Gráfico e Produção Editorial

Eliana Atihé

Revisão de Texto e Editorial

Risco Studio

Ilustrações







Apresentação

Promover o desenvolvimento social por meio da educação e da defesa dos direitos de crianças e adolescentes, privilegiando o uso das tecnologias de informação e comunicação, é o objetivo da Fundação Telefônica. Seus dois principais programas, o Pró-Menino e o EducaRede, alinhados às iniciativas do Grupo Telefônica nos países em que opera, trabalham para que cada criança seja entendida e beneficiada como um ser integral.

O Programa EducaRede (www.educarede.org.br) contribui para a qualificação do ensino público, oferecendo conteúdos, ferramentas e espaços de troca de experiências para alunos e professores de todo o Brasil. As ações do Programa Pró-Menino estão essencialmente voltadas à promoção e defesa dos direitos de crianças e adolescentes, tendo como temas o combate ao trabalho infantil, o jovem em conflito com a lei em cumprimento de medidas sócio-educativas em meio aberto, a formação de redes de atenção à criança e ao adolescente e o desenvolvimento de um portal, o www.promenino.org.br.

Na linha Jovens em Conflito com a Lei, do Pró-Menino, mais de dois mil adolescentes já foram beneficiados pelos 21 projetos apoiados pela Fundação Telefônica. A partir de 2004, a orientação para o uso das tecnologias da informação e comunicação foi potencializada com a bem sucedida parceria realizada com o Comitê para Democratização da Informática – CDI. De forma coerente com a vocação de ambas as instituições, impôs-se o desafio de estimular e descobrir, junto com os educadores dos núcleos de informática e seus sócio-educandos, alguns caminhos criativos para a superação do uso elementar, estereotipado ou desordenado do computador. Durante mais de dois anos, o CDI desenvolveu um processo de conhecimento sobre o uso do computador e tecnologias agregadas como ferramentas pedagógicas inclusivas e emancipadoras. “Inclusão digital na medida” é o resultado dessa experiência.

As práticas desenvolvidas e descritas neste caderno podem ser reproduzidas em qualquer instituição comprometida com a promoção dos direitos de crianças e adolescentes que desejem fazer do computador um estímulo para criar novas leituras de mundo e novas formas de intervenção nele. Já sabemos que o acesso à tecnologia é fundamental, mas não basta. É preciso colocar as tecnologias da comunicação e informação a serviço dos seres humanos, da qualidade de vida e do empoderamento cidadão. Esta publicação oferece uma proposta prática e bem refletida para isso.

Desejamos que a inspiração aqui contida contribua para a descoberta de novos conhecimentos e novas potencialidades para a intervenção na realidade.

Sérgio Mindlin

Diretor-Presidente da Fundação Telefônica

O clique da tecnologia

Jovens em conflito com a lei são jovens. E, como jovens, adoram tecnologia. Geração digital, eles quase não conhecem discos de vinil, TV em preto e branco e aqueles gigantes computadores com letra verde. Vieram ao mundo escutando MP3, enviando torpedos pelo celular, jogando games em lan houses e participando de comunidades virtuais.

Mas quem é que os ensina a usar as ferramentas da sociedade da informação? Quem os orienta a utilizá-las de forma saudável e produtiva, para que transformem suas vidas e ajudem o mundo a mudar? Grande parte das escolas públicas ainda não possui laboratório de informática ou faz uso inadequado dele, sem aproveitar toda a riqueza de possibilidades oferecidas. Como dizia Paulo Freire, mestre em educação popular, não são as técnicas que constroem uma nova realidade, são os homens, orientados à reflexão e estimulados a agir, que reescrevem a História.

Amparadas numa proposta pedagógica, as modernas tecnologias reinventam o dia-a-dia e até o processo de aprendizagem. Em geral, são os educandos que fazem proezas diante da tela de um computador, e não seus professores. De onde vem tanta intimidade com o universo virtual? Como explicar tamanha integração? Tanto fôlego? Essa lógica às avessas, à luz dos ensinamentos de Paulo Freire, faz uma leitura absolutamente inovadora das relações em sala de aula: todos têm tanto a ensinar quanto a aprender. A educação é uma via de mão dupla.

A parceria do CDI com a Fundação Telefônica nasceu para levar essas idéias aos projetos de informática dirigidos a jovens em conflito com a lei. Até então, esses projetos tinham um viés tradicional, com base no conhecido sistema operacional Windows e no pacote Office. Quando muito, o conteúdo abrangia Internet, mas, por vezes, limitava-se apenas a cursos de digitação. Com a mediação do CDI, educandos e educadores do projeto passaram a ter peso decisivo no desenho das aulas e a estabelecer seus próprios vínculos com a tecnologia.

O resultado de tudo isso poderá ser apreciado neste trabalho, dedicado especialmente aos educadores que nos ajudam a promover revoluções moleculares através da informática. À Fundação Telefônica, nossas homenagens por ter apostado numa iniciativa que abre as portas para a criatividade, para a interação das mídias e, sobretudo, para fantásticas experiências a partir de um clique.

*Rodrigo Baggio – Coordenador do CDI
Rodrigo Alvarez – Coordenador do CDI São Paulo*



Sumário

A decorative graphic consisting of two light blue rounded rectangular shapes. The top shape is larger and contains the word 'Sumário'. A dark blue line starts from the bottom of the top shape, loops around to the left, and then curves back to the bottom of the second, smaller light blue shape on the right.

Prefácio	17
1. Consultoria do CDI no Pró-Menino	22
2. A metodologia na prática	30
Passo-a-passo da metodologia	33
1º passo: Leitura de mundo	40
2º passo: Problematização	44
3º passo: Plano de ação	50
4º passo: Execução da ação	56
5º passo: Avaliação	60
Nova leitura de mundo	62
3. Estratégias e caixa de ferramentas	64
4. Reflexões sobre a prática	88
Para saber mais	103
Bibliografia	117



Prefácio

A inclusão digital é freqüentemente encarada como uma prática da esfera tecnológica, capaz de equipar o ser humano para aceitar os imensos desafios da era digital. O grande diferencial do CDI é transformar esse cenário, dando um salto qualitativo no sentido de articular toda essa modernidade tecnológica com a modernidade pedagógica, ou seja, com uma visão transformadora e crítica da realidade cultural, social, política e econômica dos usuários da tecnologia a quem ela é destinada. O nome disso – todos sabemos muito bem – é cidadania.

Paulo Freire, ao longo de toda a sua obra extraordinária e seminal, refletiu ampla e profundamente sobre os fins e os meios da ação educativa. Não nos deixou, contudo, em seu legado, um ferramental mais básico de métodos e técnicas que permitissem a transposição de toda essa riqueza para o cotidiano dos educadores na ação social de base.

O CDI abraçou essa causa e decidiu articular tecnologia e pedagogia em favor da educação para a cidadania. Assim, inclusão digital e social tornaram-se duas faces da mesma moeda: a moeda da transformação pedagógica a serviço da equidade social, da libertação cultural, da promoção e emancipação econômica e social.

A inclusão digital, quando ligada à aplicação das medidas sócio-educativas em meio aberto, dá-nos a dimensão do esforço que vem sendo realizado pelo CDI. No atual contexto brasileiro, trabalhar com jovens em conflito com a lei é um desafio para poucos e fazê-lo de forma emancipadora, sensibilizadora e conscientizadora vem acrescentar mais valor a essa linha de atuação. Sempre costumo dizer que estamos diante de adolescentes que cometeram ato infracional, e não de infratores que, por acaso, são adolescentes. Portanto, tudo de bom que serve para trabalhar com adolescentes serve para trabalhar com adolescentes que cometeram infração.

A consultoria do CDI no PRÓ-MENINO, da Fundação Telefônica, é o exemplo de uma aliança social estratégica, que amplia os limites do possível, quando se trata de incluir, no sentido mais amplo do termo, nossos adolescentes e jovens em estado de maior vulnerabilidade pessoal e social.

A etapa mais importante deste livro é o Capítulo 2, onde os educadores sociais de base encontrarão, com fundamento numa visão paulofreiriana do homem, do mundo e do conhecimento, uma série de métodos, estratégias e ferramentas que lhes permitirão interferir, de forma articulada e conseqüente, na realidade em que atuam.

O zelo com que este material foi construído e a forma como se pretende disponibilizá-lo, em aliança estratégica com o CDI, atesta a seriedade e a profundidade do compromisso da Fundação Telefônica. Muitas organizações têm trabalhado alguns aspectos, digamos, menos complexos do ECA. A Fundação tem colocado o dedo nos pontos mais doloridos e problemáticos da implementação do novo direito.

Este trabalho permite ao educador e ao educando, reunidos numa relação dialógica, aprender, compreender, significar, projetar, criticar e atuar transformadoramente sobre a realidade em que vivem, tendo na inclusão digital um suporte tecnológico da imaginação, do pensamento crítico e da ação transformadora.

A cidadania não é uma enteléquia. A cidadania é, antes de tudo, um exercício do dia-a-dia do trabalho social e educativo. A idéia de cidadania está vinculada ao protagonismo consciente, praticado desde as bases de nossa sociedade. Lá, onde o CDI e seus parceiros realizam sua verdadeira ação transformadora.

Belo Horizonte, setembro 2007.

Antonio Carlos Gomes da Costa



Kika tem 18 anos e há dois anos cumpriu a medida sócio-educativa de Liberdade Assistida na entidade onde hoje é educadora de Inclusão digital.

Ivan tem 23 anos e toda a sua história está contada no livro “As histórias de Ana e Ivan – boas experiências em Liberdade Assistida”, de Maria de Lourdes Trassi. Aliás, esta é uma das melhores indicações para quem quer saber mais sobre o trabalho de orientação de Liberdade Assistida.

Nossa, Ivan, acho que encontrei o livro que a gente estava procurando!



Será, Kika? Só lendo pra saber...

capítulo

I

ConSuLToria
do CDi
Pró-Me^{No}nino



Inclusão digital de adolescentes em medidas sócio-educativas em meio aberto

Em dezembro de 2004, o CDI foi selecionado pela Fundação Telefônica para assessorar o trabalho de Inclusão Digital das entidades apoiadas pelo Programa Pró-Menino, na linha Jovens em Conflito com a Lei. Na época, o programa chamava-se Medida Legal e o grupo foi formado por cinco entidades que realizam atendimento de adolescentes em medidas sócio-educativas em meio aberto:

- Associação Jandirense de Apoio às Entidades Sociais (AJAES), com o projeto “Um novo olhar para o adolescente”, de Jandira;
- Centro de Orientação ao Adolescente de Campinas (COMEC), com o projeto “Desafios”;
- Associação Brasileira de Defesa da Mulher, da Infância e da Juventude (ASBRAD), com o “Projeto Gaia”, de Guarulhos;

- Secretaria de Ação Social e Cidadania da Prefeitura Municipal do Guarujá, com o projeto “Medida Legal – inclusão digital” e
- Associação Cubatense de Capacitação para o Exercício da Cidadania (ACCEC), com o projeto “Jovem cidadão” de Cubatão.

O objetivo do CDI era apoiar as cinco entidades em seus projetos, orientando a instalação dos Núcleos de Inclusão Digital e capacitando educadores e adolescentes a trabalharem com as tecnologias de informação e comunicação. O desafio proposto era desenvolver, de forma participativa, um modelo de gestão desses núcleos e uma metodologia de trabalho de inclusão digital, ambos voltados para o uso da tecnologia como ferramenta para o desenvolvimento da cidadania, priorizando o protagonismo social.

Começamos apresentando as propostas às cinco organizações. Em seguida, inicia-



mos o trabalho de formação dos educadores e adolescentes na leitura de mundo, com atividades presenciais em cada um dos municípios. Nesse momento, pudemos conhecer melhor as pessoas envolvidas na parceria, ao mesmo tempo em que elas também se conheciam. Posteriormente, utilizando jogos, identificamos junto com os adolescentes seus temas geradores. Com a participação de 123 jovens, os temas que apareceram com mais força estavam relacionados à falta de oportunidade para a juventude.

Na fase seguinte, educadores e adolescentes foram capacitados em pesquisa e fotografia durante um encontro de três dias, em Cajamar, que reuniu representantes das cinco entidades. A idéia era que eles se apropriassem desses instrumentos para investigar a questão levantada: a falta de oportunidade para os jovens em cada uma das cidades. Os adolescentes e educadores construíram o questionário de pesquisa, realizaram a pesquisa de campo e tabularam os resultados. Em todas as fases, a tecnologia foi naturalmente inserida no processo, com o uso de câmeras fotográficas digitais, banco de dados on line, planilhas eletrônicas, a construção de blogs e de fotoblogs para divulgação do processo de pesquisa.

Com o resultado em mãos, passamos à etapa seguinte: a discussão e a análise dos dados. Num segundo encontro de três dias, optamos pela experimentação de outras linguagens: o rádio e o vídeo. Assim educadores e adolescentes criaram um programa de rádio e outro de TV, para transmitir os resultados de suas pesquisas. Com os dados em mãos, a etapa posterior foi planejar o uso dos núcleos de inclusão digital. Reunidos por cidades, os grupos esboçaram seus planos de ação, que foram aprofundados em cada localidade, juntamente com a assessoria da equipe do CDI.

Os planos de ação priorizaram o trabalho de comunicação, dando voz aos adolescentes. Nesse contexto, surgiram as demandas por capacitação técnica em áudio, vídeo e webdesign, que aconteceram nos meses seguintes e marcaram a conclusão dos trabalhos do primeiro ano da parceria, em fevereiro de 2006.

Em agosto de 2006 – após um período de acertos e renovação da parceria entre a Fundação Telefônica, o CDI e as entidades – reiniciamos o trabalho da consultoria, focada em dois eixos:

1. Fortalecimento da atuação dos educadores dos núcleos de inclusão digital, sem

perder de vista a vertente do protagonismo dos adolescentes, construída no primeiro ano da consultoria.

2. Sistematização das experiências, juntamente com os envolvidos no processo (educadores, educandos e coordenadores das entidades), de forma a gerar um material de apoio para educadores de espaços de inclusão digital.

Nesse segundo momento da assessoria, o grupo sofreu algumas mudanças. A Obra Social São João Bosco, de Campinas, e a Escola de Informática e Cidadania (EIC) Padre Moreira, de São Paulo, passaram a integrar o projeto. Além disso, alguns adolescentes que participaram da formação anterior foram contratados pelas organizações para atuar como monitores de Inclusão Digital.

Assim, a partir do segundo semestre de 2006, realizamos três Encontros de Troca e Sistematização, quadrimestrais, mesclando momentos de planejamento, capacitação técnica e metodológica, e sistematização. Entre esses momentos, realizávamos um acompanhamento presencial, com visitas mensais a cada entidade, para apoiá-la em suas demandas específicas.

A sistematização de nossas experiências exigia uma metodologia que dialogasse com o trabalho de educação popular. Foi

partindo desse princípio que buscamos uma referência que nos auxiliasse nessa empreitada. Preparamo-nos para isso com uma das maiores autoridades em sistematização, Oscar Jara, sociólogo peruano que atua com educação popular desde 1968 e coordena o Programa Latino-Americano de Apoio à Sistematização de Experiências do CEAAL – Conselho de Educação de Adultos da América Latina.

O contato com Jara resultou numa capacitação que não apenas nos preparou, mas também nos ofereceu a oportunidade para executar o trabalho na dimensão que imaginávamos, ou seja, no contato com uma ferramenta para aperfeiçoar, enriquecer e transformar a prática dos projetos.

Depois do trabalho interno com nossa equipe, planejamos e desenvolvemos o I Encontro de Troca e Sistematização, em outubro de 2006, com educadores e adolescentes das entidades. Iniciamos a sistematização, definindo, com o grupo, as questões iniciais.

O que queremos sistematizar?

O trabalho do Núcleo de Inclusão Digital. Não apenas as atividades técnicas, com as ferramentas, mas também os conteúdos e, sobretudo, a metodologia de trabalho.

Para que sistematizar?

Para aprender e aprimorar o que fazemos; para construir e compartilhar uma metodologia com outras pessoas; para ter um material pedagógico que não será uma apostila técnica, padronizadora.

No II Encontro de Troca e Sistematização, em janeiro de 2007, fizemos um exercício de reconstituição histórica dos momentos metodológicos vivenciados desde o início da parceria. Esse exercício foi fundamental para partilhar, com os novos integrantes, o repertório de conhecimento já acumulado pelo grupo. Começávamos então a aprender com nossas próprias experiências.

Em abril de 2007, no III Encontro, o foco voltou-se para a análise crítica dos nossos trabalhos. Sempre partindo das experiências práticas e tendo como referencial o conceito de Inclusão Digital construído coletivamente, elaboramos uma lista de aprendizagens, recomendações e novos questionamentos.

Os registros das atividades realizadas nos encontros, juntamente com os registros

do acompanhamento que o CDI fez durante toda a consultoria, formaram o grande material bruto dessa sistematização. Chegamos assim à última etapa do processo: a comunicação dessa experiência sistematizada, isto é, a produção desta publicação.

Nas próximas páginas, você vai encontrar **Inclusão Digital na Medida**, um guia construído a partir da reflexão coletiva sobre uma experiência: a aplicação da metodologia do CDI à prática das entidades que trabalham com medidas sócio-educativas em meio aberto.

É uma história da nossa experiência, contada a partir dos conceitos de nossa metodologia, mostrando como a prática acontece, ou seja, o que fazemos, por que fazemos e como fazemos. Mostraremos também uma seção com sugestões de estratégias e ferramentas para desenvolver os momentos paulofreireanos deste trabalho de inclusão digital. Esperamos que esta experiência contribua para inspirar e fortalecer outras iniciativas tão importantes quanto a que nosso grupo viveu.



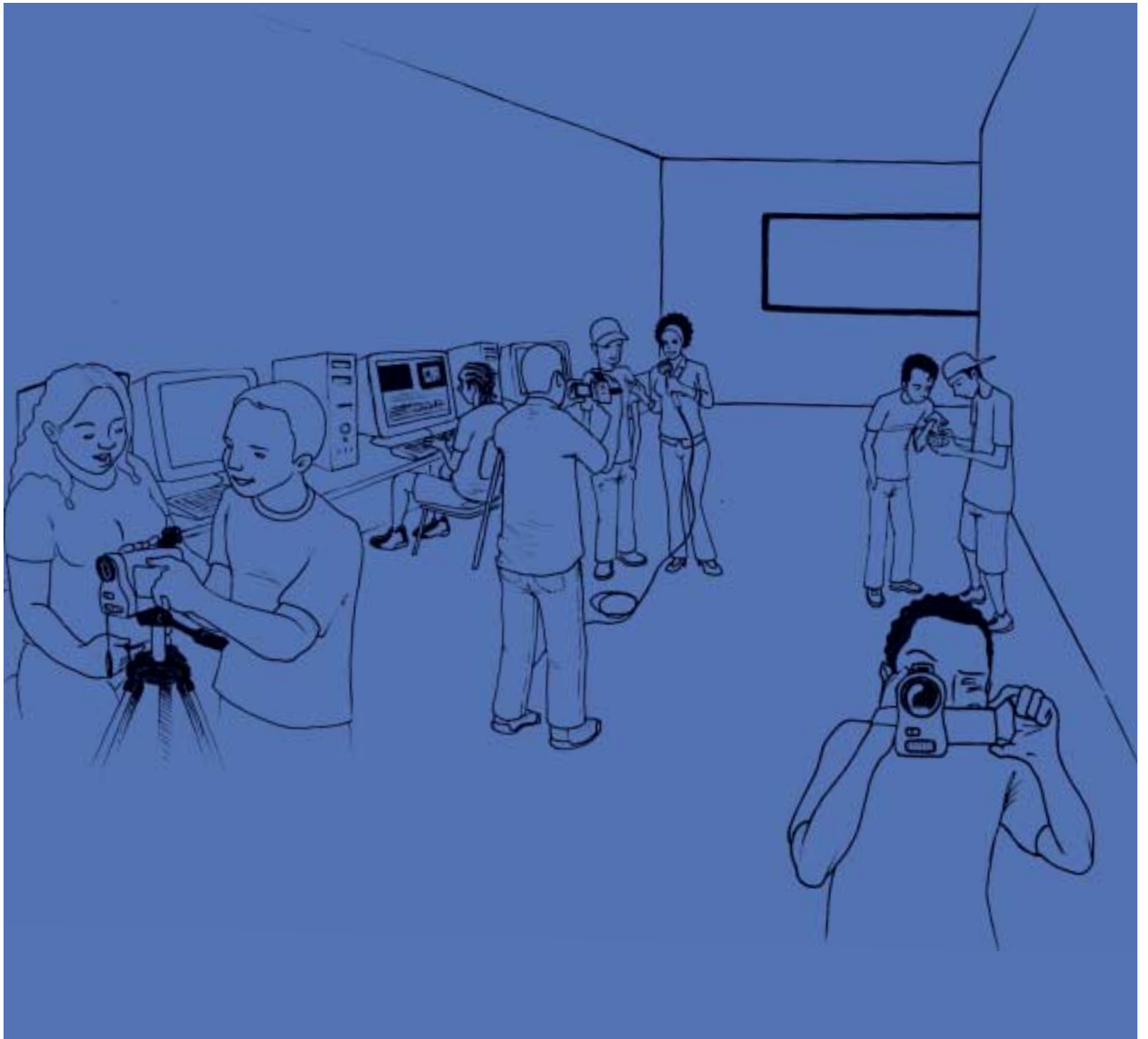
capítulo

2



A Metodologia na prática





Passo-a-passo da metodologia de Inclusão Digital

Muito mais do que disponibilizar o acesso a computadores conectados à Internet, a inclusão digital também pressupõe sensibilizar para a realidade, estimular a reflexão sobre essa realidade e a visão das oportunidades que ela oferece e encaminhar para a conquista da cidadania. As tecnologias de informação e comunicação podem mudar um contexto de exclusão. Por meio delas, as pessoas se apropriam da informática, dos recursos multimídia (texto, imagem, áudio e vídeo) e da Internet, e se transformam em **protagonistas** de ações transformadoras em suas vidas e na vida de suas comunidades. Fazer inclusão digital é utilizar a tecnologia como instrumento de inclusão cultural e social, contribuindo para diminuir as injustiças e as desigualdades, promovendo a **cidadania** crítica e o desenvolvimento local.

Parece até simples. Mas... **como fazer** a Inclusão Digital? **De que jeito realizar** um trabalho ousado como este?

Quando nos preocupamos com as respostas para essas perguntas, estamos buscando uma metodologia para esse trabalho. Isso é extremamente importante, pois não é fazendo qualquer uso da tecnologia que conseguimos transformar a realidade, já que queremos que as pessoas que a utilizam tornem-se sujeitos da própria história.

Então que jeito é esse?

É um jeito da educação popular, jeito que Paulo Freire – um dos maiores pensadores modernos da educação – e seus seguidores vêm desenvolvendo desde o século passado. É um jeito de educar que se compromete com a construção de conhecimentos a partir da ação política dos cidadãos, uma educação que dese-

protagonista

A palavra protagonismo é formada por duas raízes gregas: proto, que significa "o primeiro, o principal"; agon, que significa "luta". Agonistes, por sua vez, significa "lutador". Protagonista quer dizer, então, lutador principal, personagem principal, ator principal. (Antonio Carlos Gomes da Costa)

cidadania

Para muitos, o cidadão seria aquele que vota. Mas o voto, apesar de ser um direito do cidadão, não é o que o define como tal. Cidadão é a pessoa capaz de criar e de transformar, com os outros, a ordem social, sujeito esse a quem cabe cumprir e proteger as leis que ele mesmo ajudou a criar. (José Bernardo Toro)

ja criar condições para que as pessoas compreendam e superem situações de exclusão e opressão, transformando também – para melhor – a realidade de sua comunidade.

A novidade é que, para alcançar esse resultado, a metodologia de Inclusão Digital explorada nesta experiência vai inserir o aprendizado e o uso crítico do potencial de informação e de comunicação que têm as tecnologias.

Desse modo, a visão transformadora de Paulo Freire auxilia o encontro da educa-

ção com as tecnologias da informação e comunicação, orientando nossa proposta de inclusão digital em seus momentos-chave.

Em todos esses momentos, o grupo registra, avalia e sistematiza os passos dados, produzindo um material de comunicação que pode ser aproveitado nos desdobramentos dessa ação ou na orientação de novas ações. Promove, assim, uma intervenção na realidade, empregando as tecnologias de informação e comunicação em cada uma das etapas realizadas.

1º passo

Leitura de mundo

Educadores e educandos atizam a sensibilidade e usam as tecnologias disponíveis para conhecer melhor a realidade e a comunidade em que vivem.

2º passo

Problematização

Conhecendo melhor essa realidade, eles passam a identificar e analisar os problemas, suas causas e as oportunidades de atuação.

3º passo

Plano de Ação

Educadores e educandos elaboram um plano para resolver um ou mais problemas (ou parte deles).

4º passo

Execução da Ação

Com tudo planejado, todos partem para a ação.

5º passo

Avaliação

É o momento de refletir sobre a intervenção realizada e sobre a apropriação das tecnologias, ao longo do processo de Inclusão Digital.

Nova Leitura de Mundo

Vídeo-ação “Liberdade Assistida e Escola: uma relação possível”

Na Escola de Informática e Cidadania (EIC) Padre Moreira, na zona leste de São Paulo, um grupo de oito jovens realizou uma intervenção cultural e social, utilizando diferentes tecnologias com ênfase no vídeo. Mediado por um educador, o trabalho do grupo passou pelos momentos da metodologia de Inclusão Digital.

Leitura de mundo: O educador organizou uma roda de conversa para que os jovens se conhecessem melhor e identificassem problemas comuns. O grupo, composto por adolescentes em medida sócio-educativa de liberdade assistida, descobriu que todos tinham problemas relacionados à escola. Uns não conseguiam nem se matricular. Já os matriculados lidavam diariamente com manifestações de preconceito, tanto por parte de colegas como por parte de alguns professores.

Problematização: Para entender melhor esse cenário, o grupo resolveu fazer uma pesquisa com todos os jovens que freqüentavam a entidade. No editor de texto, elaboraram um pequeno questionário com perguntas como:

- Você está estudando?
- Se não está, por que não está? Pretende voltar a estudar?

- Se está, como é seu dia-a-dia na escola? Você sofre algum tipo de discriminação por estar em liberdade assistida?

O grupo conseguiu entrevistar aproximadamente 40 adolescentes. Os resultados foram organizados e socializados por meio de uma apresentação de slides, que foi impressa e afixada nos murais da entidade onde fica a EIC Padre Moreira.

Alguns dados chamaram mais a atenção do grupo, como por exemplo, o fato de mais de 60% dos entrevistados não estarem na escola. A maioria não havia conseguido uma vaga. Outros, mesmo matriculados, desistiram de freqüentar as aulas por não acompanharem o que o professor estava ensinando ou por se sentirem discriminados.

Plano de ação: Como reverter essa situação? Para começar a transformar a realidade revelada, o grupo percebeu que precisava



criar um canal de diálogo com a escola. Planejaram, então, um debate, com a participação de gestores e professores das escolas da região, familiares, adolescentes e orientadores de medidas sócio-educativas.

Outro objetivo era produzir um vídeo para registrar o debate. Para isso, identificou-se, no plano de ação, a necessidade de o grupo participar de capacitações técnicas específicas sobre a linguagem audiovisual.

Execução da ação: Para mobilizar as pessoas para o debate, o grupo usou o e-mail, convites personalizados e cartazes. No dia, local e horários marcados, o debate aconteceu. Compareceram gestores e professores de três escolas, quatro familiares, dezoito adolescentes e quatro orientadores de medida sócio-educativa. Diante dos resultados da pesquisa, um dos gestores apontou que preservava a identidade dos adolescentes em medida sócio-educativa de liberdade assistida. Justificou, assim, que o preconceito começava com esses adolescentes, que faziam questão de utilizar a situação para se impor nas salas de aula. Um dos professores levantou a questão da falta de preparo profissional

para lidar com a inclusão de um modo geral, seja de alunos cumprindo medidas sócio-educativas, seja de pessoas com deficiência etc. Um jovem do grupo da EIC mediou o debate. Outros se encarregaram de filmar e fotografar as discussões.

Avaliação: Na opinião do grupo, o fato de estarem mediando e filmando as discussões atrapalhou a participação dos jovens na condição de debatedores. A diversidade dos equipamentos utilizados (filmadoras analógica e digital) e a falta de familiaridade com os diferentes editores de vídeo prolongaram a finalização do trabalho. Em contrapartida, a superação dessas dificuldades gerou aprendizados para todos os envolvidos na produção. Os resultados foram satisfatórios, pois os gestores mostraram-se disponíveis para continuar dialogando sobre a questão. Um dos professores e outros jovens interessaram-se em colaborar com novas ações. O grupo pretende exibir o vídeo em outras escolas da região e para representantes do poder público. (O vídeo “Liberdade Assistida e Escola: uma relação possível” está no CD-Rom que acompanha esta publicação).

Vídeo-ação

Proposta de gênero audiovisual, lançada pelo CDI São Paulo, que tem como objetivo registrar ações de grupos que buscam solucionar problemas.





1º passo

Leitura de mundo



O ponto de partida para mudarmos uma dada situação é conhecê-la em seus detalhes. Precisamos fazer um diagnóstico da realidade. Isso implica ler o mundo que aí está. As tecnologias podem ajudar-nos, e muito, a enxergar situações do cotidiano que estão bem debaixo do nosso nariz. Porém, como estamos acostumados, elas parecem não nos incomodar mais, o que não é verdade. Através de uma lente, podemos revelar muita coisa sobre o mundo em que vivemos e sobre quem segura a câmera fotográfica ou a filmadora. Olhar o mundo e

vê-lo, perceber as questões à nossa volta e que nos dizem respeito são os primeiros passos para a identificação de problemas e para a possibilidade de encontrar soluções para eles.

Algumas perguntas podem nos orientar nessa tarefa:

Como eu vejo o mundo? Como nós vemos o mundo?

Como eu me vejo no mundo? Como nós nos vemos no mundo?

Como este mundo me vê? Como este mundo nos vê?

Podemos começar a leitura de mundo aos poucos, conhecendo primeiramente a nossa realidade e a das pessoas que estão trabalhando com a gente. Quem somos? Como somos? Onde moramos? Quais são os nossos sonhos? E os nossos problemas?

Também é importante que o grupo entenda por que está fazendo essa leitura de mundo. Nosso objetivo nesse momento é conhecer a realidade vivida pelos educandos para encontrar, junto com eles, uma oportunidade de intervir nessa realidade, a fim de melhorá-la. Ou seja: estamos buscando conhecer a situação concreta em que estamos mergulhados para compreendermos também nosso papel de agentes de mudança.

Para aprofundar a leitura de mundo, sugerimos duas estratégias:

Mergulho na comunidade

Quando o trabalho de inclusão digital está acontecendo em um determinado espaço geográfico, como uma favela ou um presídio, por exemplo, o grupo poderá identificar os problemas locais para desenvolver uma ação comunitária.

Mergulho na realidade do grupo

Quando a “comum unidade” – uma realidade que iguala a todos – não é o lugar

onde as pessoas moram, mas a situação em que elas se encontram ou a causa na qual estão engajadas. Exemplos: um grupo de adolescentes em liberdade assistida não consegue se matricular na escola; pessoas reivindicam direitos que não estão sendo respeitados; estudantes se unem para lutar contra algum tipo de discriminação etc. Aqui a intervenção será definida pelas situações e o espaço onde ela acontecerá poderá ou não ser uma comunidade.

Esses “mergulhos” e o uso de algumas tecnologias estão descritos no capítulo 3 “Estratégias e caixa de ferramentas”.



Dinâmica do disquete para aquecer a Leitura de Mundo

Em cada uma das entidades apoiadas em 2005 pelo Pró-Menino, o trabalho de inclusão digital começou pela leitura de mundo. Em grupos formados por adolescentes, educadores, orientadores de medida sócio-educativa e coordenadores pedagógicos, realizamos a dinâmica do disquete para iniciar este exercício de conhecer criticamente a realidade.

Com um participante por computador, pedimos que cada um escrevesse, no editor de textos, sobre **seus sonhos, seus medos ou preocupações, as possibilidades de mudança e seu lugar no mundo**.

Cada um salvou seu texto em um disquete, sem se identificar. Embaralhamos e redistribuímos os disquetes aos participantes. Em seguida, cada um tinha que encenar o texto que havia recebido para o grupo. O desafio era justamente o de se colocar e se perceber no lugar do outro, enquanto as demais pessoas tentavam adivinhar quem era o autor original daquele texto.

Essa dinâmica foi realizada nas entidades que já estavam com os equipamentos montados. Nas que ainda não tinham computadores, a atividade foi adaptada, utilizando colagem de imagens e palavras recor-

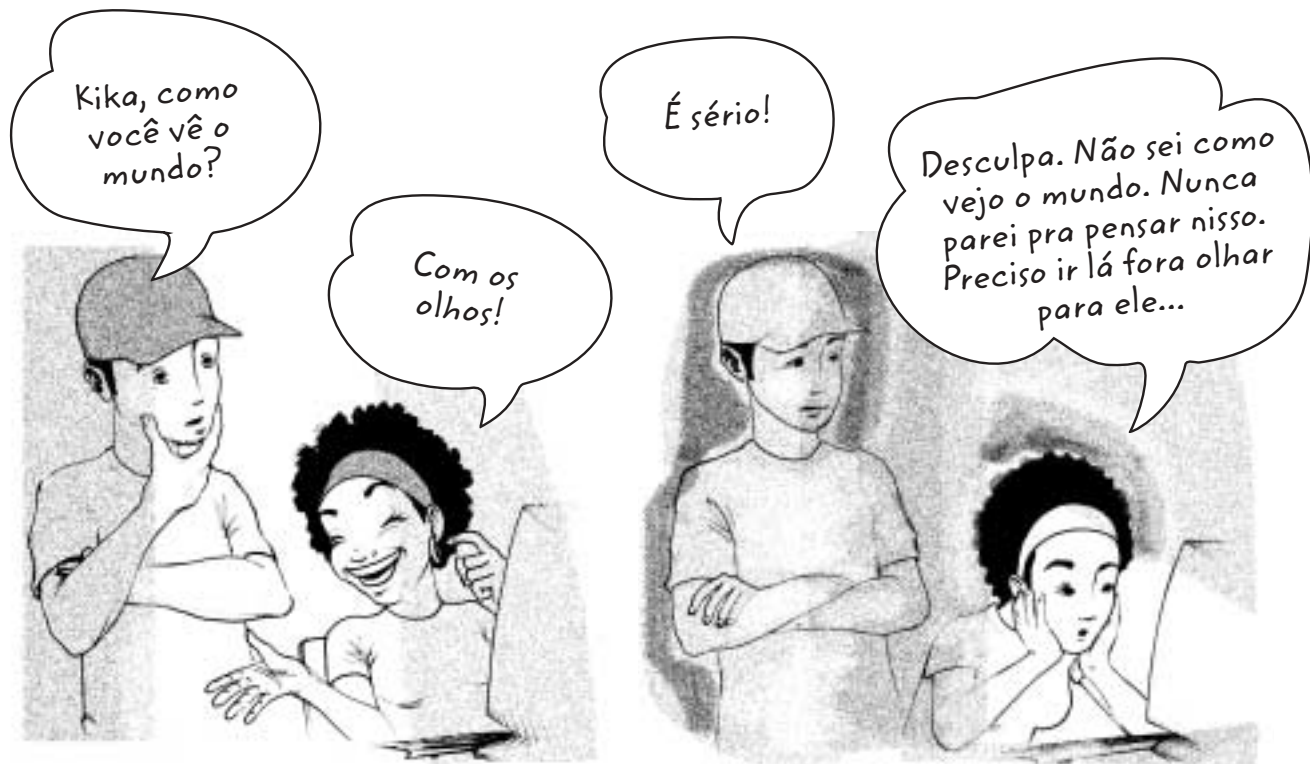
tadas de revistas. Nas cinco cidades, destacamos as respostas mais recorrentes dos jovens:

sonhos: trabalhar, estudar, ter uma casa, ter um carro, ser jogador de futebol, ter paz...

medos e preocupações: morte, perda de familiares, violência, desemprego e tráfico...

possibilidades de mudança: ter fé, estudar, ajudar os outros, ter dinheiro...

lugar no mundo: com a família, com melhores condições de vida, trabalhando e estudando...



2º passo

Problematização



Depois da leitura de mundo, algumas situações-problema foram identificadas na realidade do grupo ou na comunidade onde os educandos vivem. Precisamos agora compreender um pouco melhor essas situações, para escolher aquela em que o grupo deseja intervir.

Paulo Freire também chama as situações-problema de temas geradores. São geradores porque provocam, no grupo, a inquietação que o levará a agir. São temas que geram ações e não simplesmente assuntos que estão na moda, na mídia...

Algumas perguntas podem nos orientar nesta tarefa:

- Quais são os problemas presentes na realidade deste grupo?

- Quais são os fantasmas desta comunidade?

Aqui a sensibilidade e a habilidade do educador serão fundamentais para estimular o grupo a sair da superficialidade dos problemas muito amplos, como desemprego, violência, sexualidade. O desafio será descobrir o que está por trás desses problemas. Eles afetam diretamente o grupo? De que forma?

Ao responder a essas perguntas, além de começar a definir o problema mais grave, o grupo também já estará aprofundando o tema gerador. Do mesmo modo como fize-

mos a leitura de mundo para identificar os problemas, agora precisamos conhecer bem essas situações, para poder agir sobre elas. Ou seja, precisamos problematizar o tema gerador para, posteriormente, planejar a ação que vamos executar.

Ao mediar a problematização de uma situação, o educador precisa ser criativo, sensível e dinâmico. As tecnologias facilitam muito a busca, a organização e o registro das informações. No entanto, é preciso ficar atento para não cair na armadilha de se dispersar em infinitas pesquisas na Internet. Também não podemos nos iludir com a perspectiva de que os educandos estão super-empolgados para discutir os problemas que afetam sua vida. É aí que a tecnologia pode ser uma grande aliada para instigar o grupo a analisar criticamente uma situação-problema. Estas sugestões estão detalhadas no capítulo 3, “Estratégias e caixa de ferramentas” (pág. 78).

De que maneira a discussão sobre determinado problema pode ficar interessante?

E se fizéssemos uma pesquisa no bairro?

Ou um programa de rádio, em formato de debate?

Que tal fazermos uma dramatização sobre a situação? Uma fotonovela? Ou um vídeo?

O mais importante da problematização é que o grupo tome consciência e se posicione criticamente diante da situação que deseja reverter.

Agora que já olhamos para a nossa realidade e compreendemos melhor o que está por trás do fantasma que nos atormenta, podemos planejar a ação com a qual pretendemos eliminá-lo.





A pesquisa como estratégia de problematização

Dentro da consultoria em Inclusão Digital no Pró-Menino, começamos a formação dos educadores e adolescentes pela leitura de mundo. Depois, com o Jogo do Fantasma (ver “Estratégias e caixa de ferr-

mentas”, pág. 79) definimos o tema gerador em cada grupo. De uma maneira geral, os “fantasmas” que apareceram nas cinco cidades estavam relacionados à falta de oportunidades para o adolescente. Em um debate sobre o tema, o grupo concluiu que uma das causas da falta de oportunidades estava vinculada à imagem dos adolescentes. Cada cidade resolveu, então, investigar essa problemática.

Em um encontro presencial, o grupo passou por uma capacitação em pesquisa e fotografia. Conheceu diferentes estratégias de como abordar as pessoas para entrevistá-las e também de como utilizar a fotografia para registrar o processo da pesquisa e suas descobertas. Neste mesmo encontro, o grupo formulou um questionário comum, para ser aplicado nas cinco cidades (Campinas, Cubatão, Guarujá, Guarulhos e Jandira).





Os adolescentes se encarregaram de entrevistar as pessoas nas escolas, na entidade e em locais públicos. Durante essa fase, as equipes trocaram informações sobre o andamento das pesquisas por meio de **blogs** e **fotoblogs**. Com todos os questionários preenchidos, os jovens das cinco cidades lançaram os resultados em um banco de dados virtual, organizado em parceria com a ONG ImageMágica. A partir desse banco de dados, foram gerados gráficos para ilustrar as respostas obtidas em cada questão.

Os gráficos com os resultados da pesquisa foram apresentados em slides, num segundo encontro presencial. Com a análise dos dados – e do processo da pesquisa –, o grupo concluiu que precisava intervir nas questões relacionadas aos adolescentes, porém com estes à frente desse trabalho.

Educadores e educandos descobriram que precisavam deixar de discutir sobre os adolescentes para discutir com eles os seus problemas. A problematização da falta de oportunidades apontou, portanto, que era necessário dar voz a esses jovens.

Conseqüentemente cada cidade planejou ações voltadas à comunicação. Assim surgiram projetos de sites, de programas de rádio, de jornais e de vídeos feitos por adolescentes. O objetivo desses veículos de comunicação era possibilitar que os adolescentes tratassem de assuntos relativos à adolescência, tendo como público-alvo pessoas de todas as idades, começando pelos freqüentadores das entidades.

Blog

É uma página da internet atualizada regularmente por uma pessoa ou um grupo. Temático ou não, ele pode trazer textos, imagens, áudios, vídeos, gráficos e quaisquer arquivos multimídia. Blogs nasceram como diários pessoais e extrapolaram essa dimensão (“Blogs”, Coleção Conquiste a Rede).

Fotolog

Ou fotoblog ou simplesmente flog é uma página na internet otimizada para a publicação de arquivos de imagem. Permite a inserção de legendas e a interação dos visitantes por meio de comentários.



A carta

Este é o título do vídeo produzido pelos jovens do COMEC (Centro de Orientação ao Adolescente de Campinas). O curta-metragem problematiza a violência contra a mulher, por meio de uma encenação produzida e filmada pelos próprios adolescentes, com apoio dos educadores de inclusão digital. Uma mulher escreve uma carta para uma amiga, contando o sufoco que anda passando com o marido, que chega em casa sempre alcoolizado e a agride. Um dia, o marido a surpreende... com um buquê de flores. O filme termina com os adolescentes dando sua opinião real sobre a violência contra a mulher e sobre o alcoolismo. Apresenta ainda contatos do centro de apoio a mulheres da cidade.

Essa foi a maneira que educandos e educadores encontraram para aprofundar os conhecimentos que tinham sobre a situação-problema que incomodava a maioria do grupo. Assista “A Carta” no CD-Rom que acompanha esta publicação.

Doc-fic

Gênero audiovisual que mistura realidade e ficção.

Há diversas maneiras de fazer essa combinação.

A dramatização de um conflito, tendo como atores as pessoas que o vivenciam na vida real, é um exemplo.

Trata-se de um trabalho que funde características do vídeo-documentário e do vídeo-ficção, por isso doc-fic.





Nossa!!! Que viagem! Dá pra juntar teatro com Inclusão Digital!!!

E será que rola fazer uma parada de hip hop e informática?

Claro que rola! Mas vai depender do que a galera curte, né?

Só.



3º passo

Plano de Ação



Desenvolver um plano de ação significa pensar e organizar cada passo que precisa ser dado para nos levar à resolução daquilo que identificamos como um problema. Um bom plano é essencial para garantir os melhores resultados possíveis para a ação.

Pode ser, porém, que um bom plano não seja suficiente para conseguirmos tudo. Por outro lado, existem alguns elementos que nos trazem vantagens, que minimizam a gravidade de algumas situações. Se o

plano for elaborado de forma coletiva, podemos ganhar em alguns aspectos, como por exemplo:

- Os objetivos ficam mais claros para todos aqueles que vão participar. Assim as pessoas trabalham conscientemente para a mesma finalidade.
- A construção participativa do plano gera maior comprometimento das pessoas com a ação. Afinal são elas que, voluntariamente, se responsabilizam pelas tarefas necessárias.

- O grupo prepara-se para encarar as mais diferentes situações que podem atrapalhar a ação. Dessa forma, fica mais fácil contornar os imprevistos.

- As pessoas passam a visualizar a ação com mais nitidez. Isso é fundamental para saber se a intervenção é mesmo viável. Caso não seja, é preciso pensar em um plano alternativo, redimensionando as metas, para que as frustrações sejam minimizadas.

Para elaborar um plano de ação com o grupo, sugerimos que todos juntos respondam às seguintes questões:

1. Qual é o problema que o grupo decidiu solucionar no momento anterior, da problematização?
2. Quais são as causas desse problema?
3. Então o que vamos fazer?
4. Por que vamos fazer isso?
5. Como vamos fazer isso?
6. Quando essa ação vai acontecer? Quanto tempo ela vai durar?
7. Onde a ação vai acontecer?
8. Quem vai fazer o quê?
9. Quem são as outras pessoas que precisamos envolver na ação? Como vamos envolvê-las?
10. Quais recursos serão necessários? Como vamos obtê-los?

11. Que tecnologias vamos utilizar?

O grupo domina essas tecnologias? Quais serão os momentos de capacitação técnica?

Dicas para facilitar a elaboração de um plano de ação

- Procure ouvir, com o grupo, a opinião e as sugestões de quem já trabalha com o tipo de problema que se pretende solucionar.
- Pesquise outros grupos que já realizaram intervenções parecidas. Como eles fizeram?
- Discuta com os participantes o maior número de detalhes que podem interferir na ação.
- Os responsáveis precisam estar claramente definidos e concordar com as tarefas que lhes cabem.





Plano de ação do grupo do Guarujá

Para contextualizar o Plano de Ação elaborado pelo grupo das entidades apoiadas pelo Pró-menino na cidade do Guarujá, vamos lembrar o que já foi descrito nos momentos anteriores. Na leitura de mundo, o grupo encontrou, como problema comum, a falta de oportunidades para os adolescentes. Num debate, educandos e educadores perceberam que a falta de oportunidades estava ligada à imagem dos adolescentes. Resolveram então pesquisar mais a fundo a situação.

Com base nos dados encontrados, os educandos concluíram que era necessário dar voz aos adolescentes, para que eles próprios pudessem desconstruir os estereótipos com que eram confundidos.

No Guarujá, o grupo resolveu criar uma rádio no espaço de Inclusão Digital para difundir informações com, sobre e para os adolescentes. Assim as perguntas que orientam o Plano de Ação foram respondidas da seguinte forma:

- 1. Qual é o problema que o grupo decidiu solucionar no momento anterior, da problematização?** A falta de oportunidades para os adolescentes (relacionadas ao trabalho, aos estudos, ao lazer etc.)
- 2. Quais são as causas desse problema?** São várias. Em um debate, o grupo destacou a imagem dos adolescentes.

3. Então o que vamos fazer? Criar uma rádio, por meio da qual os próprios adolescentes possam divulgar informações de seu interesse.

4. Por que vamos fazer isso? Porque percebemos que as pessoas estão mal informadas sobre as questões da adolescência, o que gera estereótipos e preconceitos com relação aos jovens.

5. Como vamos realizar essa ação? Vamos montar uma rádio no Núcleo de Inclusão Digital da Ação Social do Guarujá. As turmas que estiverem fazendo informática no espaço serão responsáveis pela programação da rádio. Os adolescentes farão pesquisas constantes para divulgar informações atualizadas. Os programas serão transmitidos internamente, por caixas de som, e externamente, pela Internet.

6. Quando ela vai acontecer? Quanto tempo vai durar? A rádio começará a funcionar a



partir do segundo semestre de 2005. Os programas terão 10 minutos de duração.

7. Onde a ação vai acontecer? No Núcleo de Inclusão Digital do Guarujá.

8. Quem vai fazer o quê?

Educandos e educadores:

- iniciar uma nova pesquisa, voltada para os programas da rádio;
- convidar outros adolescentes para participar do projeto;
- pesquisar escolas e ONGs que oferecem capacitação em web-rádio, utilizando uma metodologia que incentive o protagonismo dos adolescentes.

Coordenadores pedagógicos:

- viabilizar a compra e instalação dos equipamentos;
- viabilizar as capacitações técnicas dos educadores e dos educandos.

9. Quem são as outras pessoas que precisa-

mos envolver na ação? Como envolvê-las?

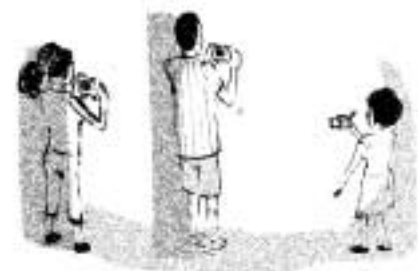
Adolescentes de todas as turmas de Inclusão Digital; orientadores de medida sócio-educativa; adolescentes que não participam das atividades da entidade. Vamos convidar todas essas pessoas para ouvirem a rádio ou para serem entrevistadas em alguma ocasião.

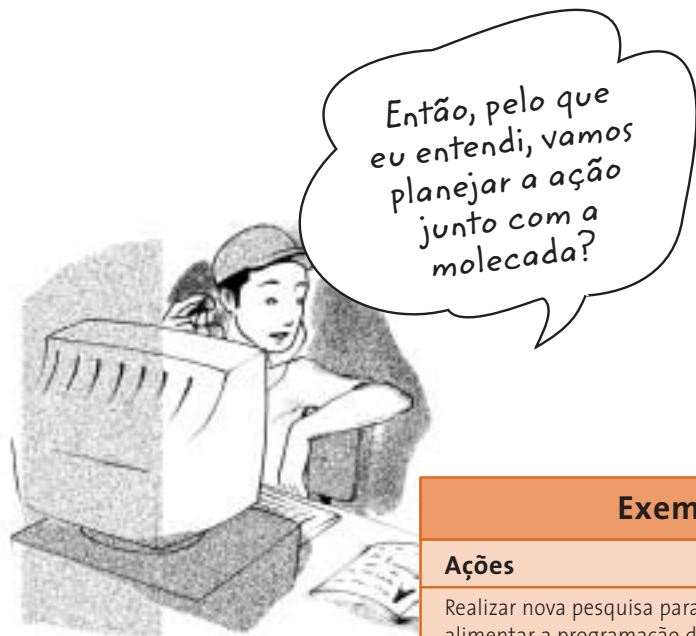
10. Quais recursos serão necessários? Como obtê-los?

Computadores com kit multimídia (caixas de som, fone de ouvido e microfone) e gravador de CD; gravador de voz digital; programa de edição de áudio. Vamos comprar esses equipamentos com os recursos do Pró-Menino, doados pela Fundação Telefônica.

11. Que tecnologias vamos utilizar? O grupo domina essas tecnologias? Quais serão os momentos de capacitação técnica?

Precisamos buscar oficinas de programação musical, edição de áudio, web-rádio e locução (para falar bem e perder a timidez).





Exemplo do plano de ação do Guarujá

Ações	Prazos	Responsáveis
Realizar nova pesquisa para alimentar a programação da rádio com informações sobre os adolescentes	Até setembro de 2005	Adolescentes com apoio do educador de Inclusão Digital
Convidar outros adolescentes para participar do projeto	Agosto de 2005	Adolescentes, educador de Inclusão Digital e orientadores de medida sócio-educativa
Pesquisar escolas e ONGs que oferecem capacitação em rádio	Agosto de 2005	Adolescentes, educador de Inclusão Digital e orientadores de medida sócio-educativa
Viabilizar a compra e a instalação dos equipamentos	Setembro de 2005	Coordenador pedagógico, com apoio do educador de Inclusão Digital e dos orientadores de medida sócio-educativa
Viabilizar as capacitações técnicas dos adolescentes e educadores	Setembro de 2005	Coordenador pedagógico
Festa de lançamento da rádio	Outubro de 2005	Adolescentes e educador de Inclusão Digital, com apoio dos orientadores de medida sócio-educativa e do coordenador pedagógico.

Leitura complementar

Lidando com algumas dificuldades

Como romper com o fatalismo e a desesperança

As maiores barreiras para que uma pessoa ou grupo se disponha a agir são o fatalismo e a desesperança. O fatalismo acaba gerando e justificando um certo tipo de cinismo, uma vez que, por causa dele, aceitamos conviver com situações que condenamos. Por isso, o seu antídoto é o apelo ao compromisso, ao comportamento e aos valores éticos das pessoas. Isso significa mostrar e conseguir que as pessoas vejam que existem situações com as quais não podemos conviver, em relação às quais não devemos ser tolerantes.

Quanto à desesperança, o remédio é trabalhar o conceito de cidadania. É ele que vai aumentar a segurança, despertar a capacidade empreendedora coletiva e fazer com que as pessoas se sintam poderosas para produzir mudanças. E aí é só começar, porque os primeiros resultados vão reforçar e ampliar esse sentimento.

Como romper com o “costume com a ruindade”

“Talvez o mais trágico na sociedade brasileira atual não seja a existência da desigualdade, da miséria e da violência. O mais trágico é a naturalidade com que todos nós convivemos com esta realidade”, escreveu Margarida Vieira em

artigo intitulado *A banalização do mal* (Jornal Estado de Minas, 25/09/95). Caetano Veloso também já cantou: “Enquanto os homens exercem seus podres poderes,/ morrer e matar de raiva, de fome e de sede,/ são tantas vezes/ gestos naturais”.

Esta é uma das maiores barreiras ao processo de mobilização: o “costume com a ruindade”, o sentimento de que sempre foi assim, que outros já tentaram (“Eu já vi este filme...”). Romper com esse sentimento exige assumir o destino e a construção da ordem social. Aceitar que somos nós que a criamos, com nossas ações, nossas omissões e nossas permissões e delegações para que outros ajam por nós. Por isso, podemos modificar essa ordem. A atitude de conformismo e de não indignação só é rompida quando assumimos nosso lugar como construtores da ordem social: cidadãos. Por isso, as informações e os argumentos de convencimento, de compartilhamento do imaginário, têm que ser dirigidos às pessoas cidadãs, pessoas físicas, solidárias na construção da realidade. Os sentimentos a serem despertados são de natureza ética e cidadã.

Jose Bernardo Toro & Nísia Maria Duarte Werneck. *Mobilização Social: um modo de construir a democracia e a participação.*

4 passo

Execução da ação



Um mutirão de limpeza, a reforma para ampliação da creche, um abaixo-assinado por mais médicos no posto de saúde, uma manifestação pela moradia, uma campanha pela erradicação do trabalho infantil, um fórum permanente para discutir a relação da escola com os alunos em liberdade assistida. Cada situação-problema vai demandar um tipo de ação, com estratégias e dinâmicas específicas – já definidas no plano de ação.

Toda ação, seja pontual ou abrangente, para ser transformadora vai envolver pessoas externas ao grupo que está organizando a iniciativa. Isso quer dizer que precisamos mobilizar diferentes atores sociais para garantir a eficácia da ação. O melhor jeito de fazer isso é a comunicação.

Além de mobilizar as pessoas, a comunicação é um instrumento fundamental para repercutir os resultados e os processos da primeira ação.

A divulgação será útil para os desdobramentos dessa iniciativa e poderá servir de exemplo para outros grupos que também queiram realizar intervenções. Por isso, é preciso registrar a ação no momento em que ela estiver acontecendo. Posteriormente será necessário organizar esses registros para, então, disseminá-los.

Assim, antes, durante e depois da ação vamos nos comunicar, seja para mobilizar as pessoas, seja para repercutir os resultados. O vídeo, o editor de texto, o e-mail, a rádio, o megafone, a Internet, enfim, as tecnologias de informação e comunicação deixam de ser exercícios e experimentações e se transformam em comunicação social. Essas sugestões estão detalhadas no capítulo 3, “Estratégias e caixa de ferramentas” (pág 84).

Seja na instituição, na comunidade ou no âmbito das políticas públicas, o importante é que as ações não morram no papel ou numa bem feita apresentação de slides. Também é preciso saber lidar com a frustração, quando os resultados obtidos forem menos impactantes do que se esperava. Ações desse tipo precisam ser consideradas etapas de um processo. Independente de sua amplitude, elas são passos de uma caminhada em busca da solução de problemas. São, sobretudo, experiências indispensáveis para a formação de sujeitos críticos, participativos, sensíveis, autônomos, solidários, cidadãos, ou seja, protagonistas.



Apresentação pública “Adolescente em questão”

Em Guarulhos, os adolescentes e educadores do Projeto Gaia também elaboraram um plano de ação voltado para a comunicação.

O grupo pretendia divulgar os resultados da pesquisa em revistas, jornais, sites e fóruns, também organizados pelos próprios adolescentes. Em novembro de 2005, uma dessas ações saiu do papel. Com um ver-

dadeiro trabalho em equipe, envolvendo adolescentes, educadores e coordenadores, o Projeto Gaia realizou uma apresentação pública dos dados da pesquisa para a Câmara Municipal de Guarulhos. O evento foi chamado “Adolescente em questão” e contou com a presença de adolescentes, profissionais que trabalham com medidas sócio-educativas e representantes do poder público.

O objetivo do evento era chamar a atenção das autoridades municipais e da sociedade em geral para as dificuldades encontradas pelos adolescentes em medida sócio-educativa de liberdade assistida. A difícil relação com a escola e com o mundo do trabalho, além da precária oferta de serviços em cultura e lazer, foram pontuadas.



Leitura complementar

O papel do educador durante a realização das ações

O papel do educador junto aos jovens envolvidos na realização de ações de protagonismo pode ser desempenhado de várias maneiras, tais como:

- ajudar o grupo a identificar a situação-problema e posicionar-se diante dela;
- empenhar-se para que o grupo não desanime nem se desvie dos objetivos propostos;
- favorecer o fortalecimento dos vínculos dos membros do grupo;
- animar o grupo, para que não se deixe abater pelas dificuldades;
- motivar o grupo a avaliar permanentemente sua atuação e, quando necessário, replanejá-la;
- zelar permanentemente para que a ação dos jovens seja compreendida e aceita por todos os que com eles se relacionam no curso do processo;
- estar atento para a manutenção de um clima de empenho e mobilização por parte de todos os membros do grupo;
- colaborar – sempre que necessário – na avaliação das ações desenvolvidas e na incorporação de suas conclusões às etapas seguintes do trabalho.

É importante que o educador que se dispõe a atuar como animador de grupos de jovens em ações de protagonismo desenvolva os seguintes atributos e habilidades:

- ter convicção do significado que a participação na solução de problemas reais da sua comunidade tem para o desenvolvimento pessoal e social de um jovem;

- conhecer os fundamentos, a dinâmica e a evolução do trabalho com grupos;
- apreender a situação ou problema que se pretende enfrentar;
- ter boa compreensão do projeto e ser capaz de explicá-lo, quando necessário;
- participar de ações grupais, mesmo não sendo na condição de animador;
- estar convencido da importância da ação a ser realizada e disposto a transmitir a outras pessoas esse conhecimento;
- administrar oscilações de comportamento comuns entre os jovens, como conflitos, passividade, indiferença, agressividade e destrutividade;
- ser capaz de se conter, para proporcionar aos educandos a oportunidade de pensar e agir livremente;
- acolher e compreender as manifestações verbais e não-verbais emitidas pelos membros do grupo;
- respeitar a identidade, o dinamismo e a dignidade de cada um dos membros do grupo.

Essa maneira de trabalhar com os adolescentes poderá contribuir para que muito daquilo que hoje é considerado problema se transforme, amanhã, em solução. Para isso, o fundamental é acreditar sempre no potencial criador e na força transformadora dos jovens.

Antonio Carlos Gomes da Costa,
Protagonismo Juvenil: adolescência, educação e participação democrática.



5º passo

Avaliação



Utilizamos uma metodologia de Inclusão Digital que tem suas raízes na educação popular. A apropriação das tecnologias acontece primeiramente para compreendermos o mundo em que vivemos. Para que essa compreensão não seja apenas superficial, usamos o computador, a Internet e os recursos multimídia, a fim de problematizar as situações encontradas. Em seguida, elaboramos um plano e mobilizamos diferentes pessoas para realizarem conosco

uma ação, com o objetivo de transformar aquela situação problemática, diagnosticada na leitura de mundo.

Com essa metodologia, pretendemos formar cidadãos, sujeitos, protagonistas da história. Para isso, o tempo todo exercitamos a sensibilidade, a reflexão e a crítica. Só fazemos a problematização quando analisamos criticamente a leitura de mundo. Só conseguimos planejar e executar uma ação se refletirmos sobre a situação problematizada.

Portanto, todo o processo de inclusão digital foi permeado por momentos de avaliação.

Agora que executamos uma primeira ação, podemos dizer que concluímos um ciclo. Precisamos avaliar como se deu a ação e como foi o processo de inclusão digital até aqui. Só assim conseguiremos definir o que acontecerá daqui para a frente.

Sugerimos que o grupo recupere os registros do processo, da leitura de mundo à execução da ação. Olhando para esses materiais, todos, incluindo o educador, podem responder questões como:

- Que recursos tecnológicos cada integrante aprendeu a utilizar?
- Como era o domínio dessas tecnologias no início do processo e como é agora?
- Que ferramentas cada um deseja aprender melhor? Que outras ferramentas o grupo deseja conhecer?
- Olhando para o Plano de Ação, alcançamos nossos objetivos?
- O que acertamos? O que erramos?
- E agora? Paramos por aqui? Podemos ir mais além? De que forma?





**Nova Leitura
de Mundo**





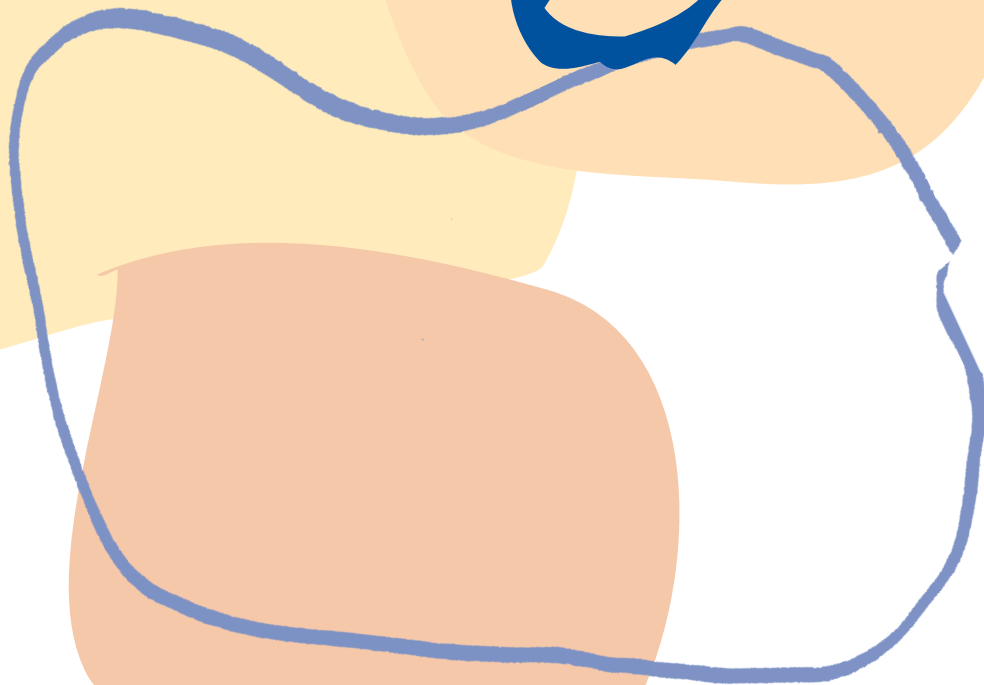
E assim um novo ciclo do mesmo processo pode ser iniciado. Algumas pessoas talvez não queiram ou não possam continuar com o grupo. Por outro lado, novas pessoas poderão entrar.

O grupo não é mais o mesmo e a realidade também foi modificada. Por isso, é necessário realizar uma nova leitura de mundo, levantar e aprofundar outras situações-problema, planejar e executar diferentes ações, aproveitando melhor o potencial humano que se apropria criativamente das tecnologias de informação e comunicação.

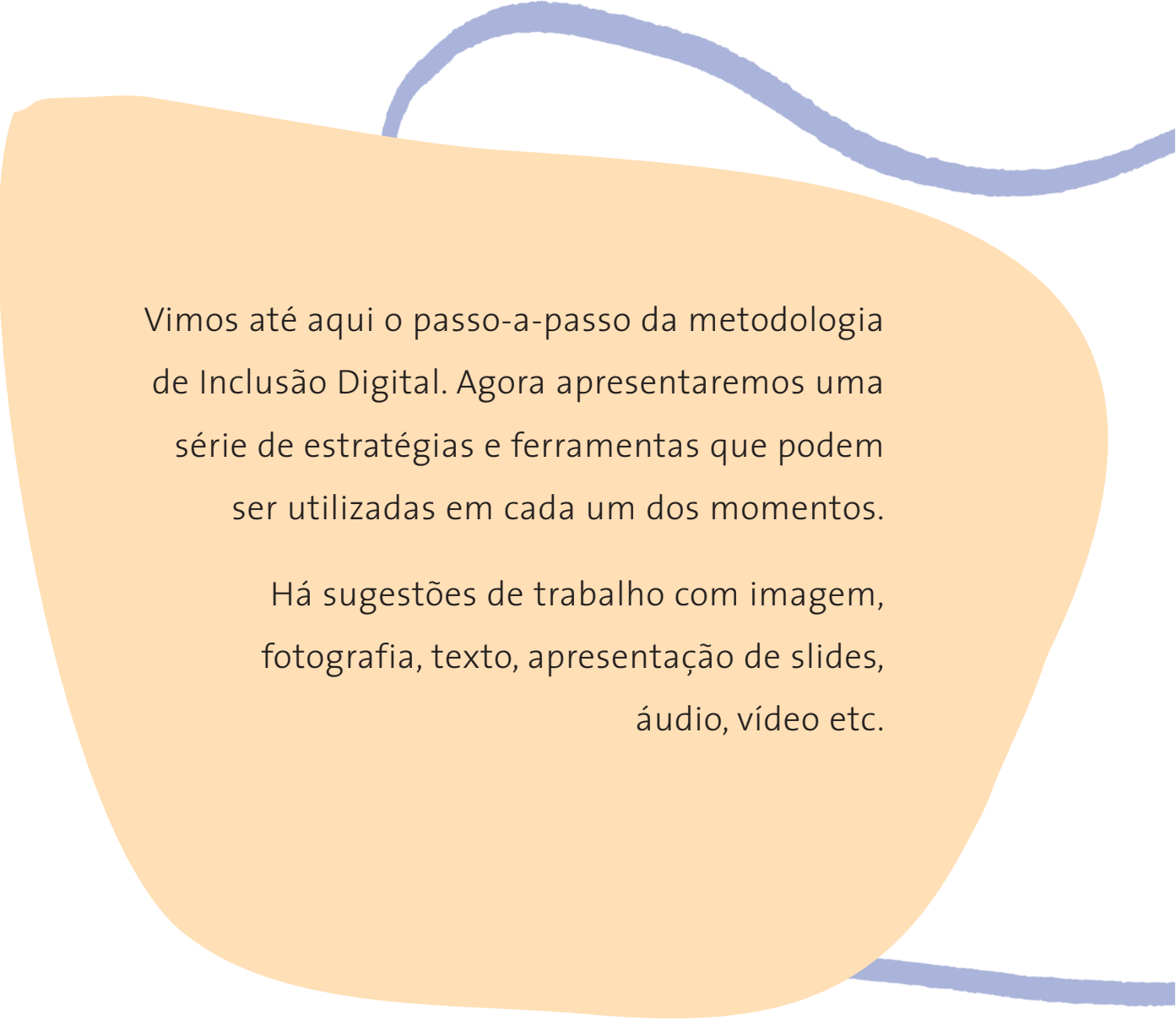


capítulo

3

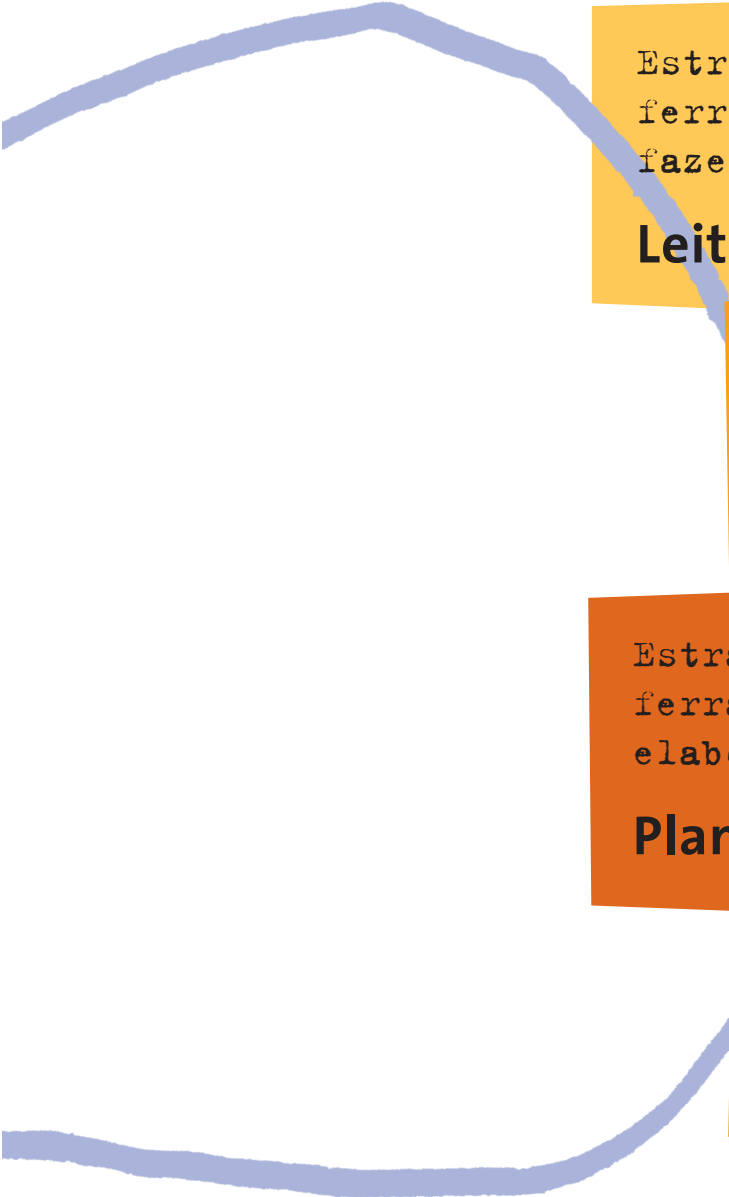


**eStratégias
E Caixa
de ferra-
MenTas**



Vimos até aqui o passo-a-passo da metodologia de Inclusão Digital. Agora apresentaremos uma série de estratégias e ferramentas que podem ser utilizadas em cada um dos momentos.

Há sugestões de trabalho com imagem, fotografia, texto, apresentação de slides, áudio, vídeo etc.



Estratégias e
ferramentas para
fazer

Leitura de Mundo

Estratégias e
ferramentas para
fazer a

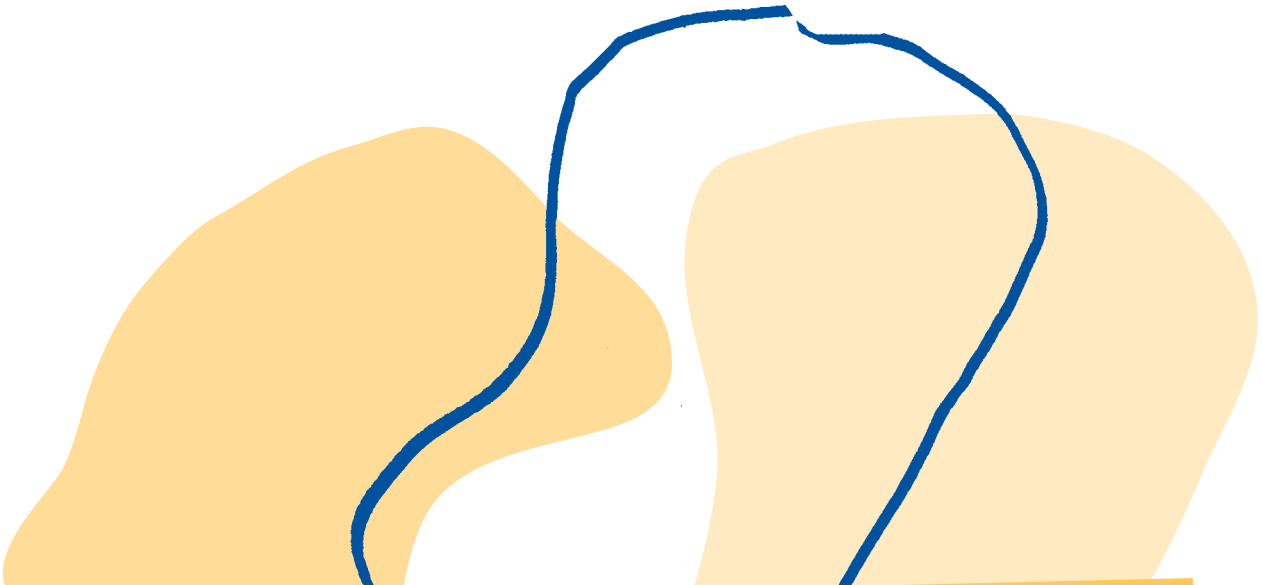
Problematização

Estratégias e
ferramentas para
elaborar o

Plano de Ação

Estratégias e
ferramentas para a

Ação



Estratégias e
ferramentas para fazer
Leitura de Mundo

Quem sou eu?

Objetivo

Iniciamos a leitura de mundo a partir das histórias de vida dos educandos. Para isso, vamos estimulá-los a refletirem sobre si e a compartilharem, com o grupo, suas trajetórias.

Possibilidades de trabalho com imagens

- Produzir auto-retratos no editor de desenhos, com características físicas e da personalidade de cada um.
- Fotografar cada integrante do grupo (atividade que pode ser feita em duplas, em que um fotografa o outro). A pessoa que será fotografada pode fazer uma pose, destacando suas principais qualidades (alegre, tímida, séria, brava etc.) Utilizando um edi-

tor de imagens, fazer o auto-retrato, manipulando a fotografia para acrescentar características da personalidade.

- Digitalizar (utilizando um scanner) fotografias da infância dos educandos e pedir que cada um deles monte a linha do tempo de sua vida no editor de desenhos, usando a data de nascimento como ponto de partida. Localizar, nessa linha do tempo, a situação registrada na fotografia da infância (Que momento era aquele?). Os educandos marcam, com desenhos, símbolos ou palavras, os acontecimentos importantes, até chegar aos dias de hoje, à fotografia atual.
- Procurar em revistas ou na Internet diversas imagens que representem as principais qualidades, defeitos, sonhos, problemas dos participantes. Digitalizar e montar, no editor de desenhos ou de imagens, uma grande colagem que construa o auto-retrato.

Dicas de sites

- Google Imagens
<http://www.google.com.br>
Site de busca de imagens.
- Foto Favela
<http://www.fotoifavela.com.br>
Acervo fotográfico do portal Viva Favela. Contém ensaios fotográficos de profissionais e moradores das favelas do Rio de Janeiro. Na seção "Galeria Aberta", sugerimos o ensaio "Rocinha", de André Cypriano.
- Sebastião Salgado
www.sebastiaosalgado.com.br
Site com diversos trabalhos do fotógrafo brasileiro. Sugerimos os ensaios "Êxodos" e "Crianças".

Possibilidades de trabalho com textos

Dica de site

Museu da Pessoa
<http://www.museudapessoa.net>

Museu virtual de histórias de vida, com arquivos de texto, imagem, áudio e vídeo. Também é possível deixar registrada sua própria história. Sugerimos um passeio pelos depoimentos do projeto “Um milhão de histórias de jovens”.

- Com o grupo já se conhecendo minimamente, peça para cada um escrever seu nome em um arquivo em branco no editor de texto. Diga a todos que troquem de lugar e, no computador em que estão agora, escrevam algumas qualidades e defeitos daquela pessoa. Troque todos de lugar mais algumas vezes. No final, quando os educandos voltarem ao computador onde estavam no início, peça que cada um deles leia em voz alta como o grupo o vê. A pessoa concorda com o que os colegas escreveram sobre ela? Por quê?
- A dinâmica dos disquetes é parecida com a brincadeira descrita acima, só que, ao

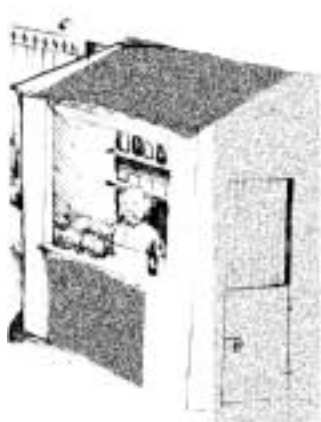
invés de trocarem de máquina, os educandos salvam seu arquivo em um disquete. O educador mistura e redistribui os disquetes para que outros vão completando o arquivo com as características daquela pessoa. No final, cada um recebe o seu disquete de volta, com um texto sobre si mesmo, escrito por todos os integrantes do grupo.

- Produzir cartas, poesias, relatos, letras de música com o editor de texto, contando um pouco de sua história de vida e algumas características. Como se chama? Onde nasceu? Onde passou a infância? Onde mora agora? Quais foram os fatos que mais marcaram sua vida? Como você é hoje? O que você espera ser no futuro? Qual é o seu projeto de vida? Quais são seus sonhos?



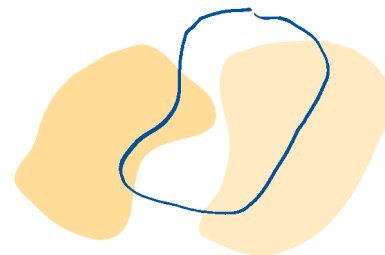
Possibilidade de trabalho com apresentação de slides

- Montar uma apresentação individual com nome, fotos, desenhos, características físicas e psicológicas, o que gosta, o que não gosta, projetos e sonhos.



Possibilidades de trabalho na Internet

- Criar uma conta de e-mail e trocar mensagens, apresentando-se aos colegas. Os trabalhos já realizados também podem ser trocados, anexados às mensagens.
- Criar uma conta em um sistema de redes sociais como:
Orkut (<http://www.orkut.com>)
Gazzag (<http://www.gazzag.com>)
Myspace (<http://www.myspace.com>).
Todos precisam encontrar a página dos demais participantes e do educador e adicioná-los como amigos. Chame a atenção para que cada um preencha seu perfil com o máximo de detalhes e também leia o perfil dos colegas.



O ideal é que cada educando apresente e explique seus trabalhos para o grupo. Aqueles que não quiserem se expor devem ser respeitados. Caso haja uma impressora disponível, imprima essas produções e monte uma exposição com os educandos pelas paredes do espaço de inclusão digital e/ou em espaços públicos da comunidade.

Mergulho na realidade do grupo

Objetivo

Promover o auto-conhecimento do grupo e iniciar a construção de uma identidade coletiva, explorando afinidades e diferenças.

Quem somos nós?

Nossas histórias de vida se parecem?

Elas se cruzam? De que forma?

O que temos em comum?

Do que gostamos? Do que não gostamos?

Quais são nossos problemas?

Quais são nossos sonhos?

Possibilidades de trabalho com imagens

- Educandos e educador serão fotografados. Todos irão produzir uma montagem do grupo no editor de imagens.
- O grupo se fotografa e faz intervenções nas fotos com o editor de imagens, usando recursos como filtros, rotações, contraste-brilho etc.

Possibilidades de trabalho com textos

- Perfil do grupo escrito pelo grupo. Prepare conjuntos de perguntas como:

1. Qual seu nome, idade, sexo?
2. Onde você mora?
3. Quais são suas melhores qualidades?
4. Quais são seus piores defeitos?
5. O que mais gosta de fazer?
6. O que não gosta de fazer?
7. Que estilo de música você gosta de ouvir?
8. Quais são suas habilidades?
9. Quais são seus maiores problemas?
10. Quais são seus sonhos?

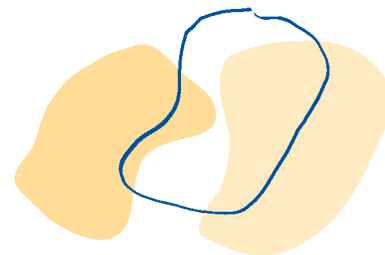
Cada educando será responsável por uma pergunta que deverá ser respondida por todos os demais integrantes do grupo. Com todas as respostas registradas, cada um vai organizar um parágrafo sobre as

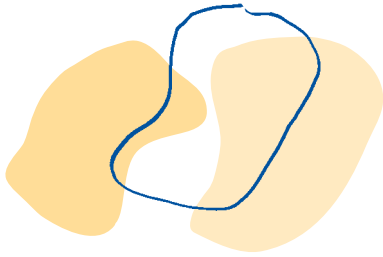
respostas no editor de texto. Para montar um único texto com o perfil do grupo, abra, em um dos computadores, um arquivo de texto novo e peça para que cada um cole nele o seu parágrafo (transportando os arquivos pela rede ou com disquetes). Definem coletivamente a formatação do texto (tamanho, cor e tipo da fonte, alinhamento etc.). Ao final, peça para criarem um título para o texto, que também pode ser o nome do grupo.



Possibilidades de trabalho com apresentação de slides

- Montar uma apresentação com as imagens e as informações sobre o perfil do grupo.
- Construir uma linha do tempo com os principais acontecimentos que marcaram a vida de cada integrante do grupo. Primeiro peça que cada um faça sua própria linha do tempo, iniciando pela data de nascimento e pontuando fatos importantes da sua vida. Os educandos podem apresentar um fato por slide, não se esquecendo de indicar a data ou, pelo menos, o ano em que aconteceu. Para facilitar a organização do trabalho, sugerimos fazer um esboço dessa linha do tempo coletiva numa lousa ou papel grande. Um educando se encarrega de registrar os fatos. Seguindo uma ordem cronológica, comece a socialização das informações pelas datas de nascimento e depois peça aos educandos que falem dos acontecimentos que vêm na seqüência das datas. Depois que todos os momentos estiverem marcados, divida a linha do tempo em períodos e peça para que cada um faça um slide correspondente a um dos períodos. No final, juntando todos os slides, temos a apresentação da linha do tempo da vida dos integrantes do grupo.





Possibilidades de trabalho com áudio

- Tendo o texto do perfil do grupo como base, vamos elaborar uma curta apresentação radiofônica. Para isso, os educandos podem criar uma **vinheta** de abertura, usando o nome do grupo. Com uma base musical ao fundo, cada locutor lê uma parte do perfil e a apresentação pode ser encerrada com a mesma vinheta.
- Entrevista: O grupo é dividido em duplas. Cada educando prepara algumas perguntas para fazer ao seu colega de dupla, gravando a entrevista (com um gravador analógico, digital ou com um microfone conectado ao computador). No editor de áudio, juntar todas as entrevistas para o grupo ouvir e discutir: Quem somos nós? O que temos em comum? Quais são nossos sonhos? Quais são nossos problemas?

Vinheta

Abertura de um programa (de rádio ou de televisão) que contém o nome do programa e normalmente é acompanhada de uma base musical e, na TV, de imagens.

Podcast

É um meio veloz de distribuir sons pela internet, um neologismo que funde duas palavras: iPod, o tocador de arquivos digitais de áudio da Apple, e broadcast, que significa transmissão em inglês. O podcast tem vários programas ou episódios, como se fosse um seriado. Os arquivos ficam hospedados em um endereço na internet e, por download, chegam ao computador pessoal ou tocador. Você pode baixar o arquivo no computador, no MP3 Player, no celular ou em um PDA (computador de mão), para ouvir quando quiser. ("Podcast", Coleção Conquiste a Rede)

Possibilidades de trabalho com a Internet

- Criar um grupo de e-mails para facilitar a troca de mensagens coletivas.
- Criar uma comunidade com o nome do grupo em um sistema de redes sociais como Orkut (<http://www.orkut.com>) Gazzag (<http://www.gazzag.com>) Myspace (<http://www.myspace.com>)
- Montar um blog, no qual os integrantes publicarão seu perfil, o perfil do grupo, suas expectativas, aprendizagens, suas dúvidas etc. Esse espaço pode ser usado como diário de bordo, para registrar os avanços do grupo com relação às percepções, às tecnologias e à futura intervenção.
- Montar um **Podcast**, publicando os arquivos de áudio com a vinheta, a apresentação do grupo e as entrevistas.

Dicas de Blogs e Podcasts

- Blog Tic@ção
<http://www.ticacao.blogspot.com>
- Podcast do Cala-Boca já Morreu
<http://canal.podcast1.com.br/educomunicacao>
- Web-rádio Galera Online
http://canal.podcast1.com.br/galera_online
- Radio Digital do Guarujá
<http://radiodigital.podomatic.com>

Mergulho na comunidade

Objetivo

Conhecer com detalhes a comunidade onde os educandos vivem, enfocando os problemas e as oportunidades de ação.

Preparação do Mergulho

Como é a nossa comunidade? Utilizando o editor de desenhos, cada educando vai desenhar um mapa da comunidade ou – se a comunidade for muito grande – da região onde ele mora. Peça para localizarem, no desenho, sua casa, as principais ruas, os pontos mais freqüentados como igrejas, mercearias, botecos, centros comunitários, creches, escolas, e os problemas da comunidade. Encerre este primeiro momento com os educandos observando e comentando os desenhos dos demais colegas. As pessoas reconhecem os lugares marcados no mapa?

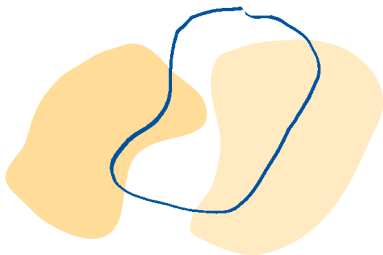
Agora é hora do grupo todo construir

apenas um mapa da comunidade, em uma cartolina ou outro papel grande.

Com o mapa pronto, podemos planejar como será o Mergulho, sempre lembrando que o objetivo deste momento é conhecer melhor a comunidade, para encontrar os principais problemas e as oportunidades de intervenção que o grupo pode realizar. Usando o mapa como referência, o grupo terá condições de organizar o plano do mergulho, discutindo e respondendo as seguintes perguntas:

- Para onde vamos?
- O que vamos buscar?
- Quem vamos entrevistar? Que perguntas vamos fazer para estas pessoas? Precisamos marcar um horário para fazer essas entrevistas?
- Que tecnologias vamos utilizar para registrar nossas descobertas?





Dica de livro

“ZOOM” Istvan Banyai

Composto apenas por imagens, este livro propõe ao leitor um movimento que se assemelha ao da lente de uma câmera fazendo zoom. A cada página, o campo de visão se amplia, revelando o verdadeiro significado das imagens. Na primeira página, o leitor se depara com uma mancha vermelha e descobre, na página seguinte, que a mancha na verdade é a crista de um galo. Na sequência, percebe que o galo está inserido num cenário e assim por diante. Uma leitura coletiva desse livro pode sensibilizar o grupo para a importância de mergulhar na comunidade.

- De quanto tempo precisaremos para fazer este mergulho?
- Quando vamos?

Mergulhando: algumas recomendações

- Antes de entrevistar as pessoas ou visitar as instituições, é importante que o grupo se apresente, explique o que está fazendo e com qual finalidade.
- É muito importante pedir autorização às pessoas, antes de começar a gravar, filmar ou fotografar.
- Estar atentos para perceber situações inesperadas e entrevistar pessoas que o grupo não havia previsto.
- Dependendo do tamanho do grupo, é interessante todos ficarem juntos, para não causar dispersão.

Avaliação e sistematização do Mergulho

- Cada educando pode escrever um texto sobre sua experiência no mergulho, contando suas descobertas e impressões.
- Roda de conversa: Como foi? O que já sabíamos? O que descobrimos? Que problemas encontramos? Que possíveis ações podemos começar a pensar? Conseguimos fazer o que havíamos planejado? Atingimos

nossos objetivos? Quais foram os imprevistos? Como o grupo improvisou?

- Desafiar o grupo a montar coletivamente uma apresentação de slides, usando fotografias, textos, trechos dos depoimentos gravados em áudio e vídeos. Para organizar o trabalho, sugerimos construir um roteiro coletivo para a apresentação, com o grupo discutindo e decidindo como vão começar, em que ordem vão inserir as informações, quais fotografias serão usadas etc. Depois cada um pode responsabilizar-se por editar um conjunto de slides que vai compor o todo da apresentação.

Possibilidades de trabalho com áudio

- Editem as entrevistas e montem um pequeno programa de rádio, relatando como foi o mergulho e o que o grupo descobriu sobre a comunidade.



Possibilidades de trabalho com a Internet

- Divulguem por e-mail o texto final sobre as conclusões do grupo a partir do mergulho.
- Publiquem o planejamento do mergulho e o texto final sobre as conclusões no blog.
- Criem um fotolog para publicar as fotos.
- Adicionem as gravações em áudio das entrevistas no podcast.
- Criem uma conta em um site de publicação de vídeos, como o Youtube, e publiquem as filmagens feitas na comunidade.
- Criem uma comunidade virtual para discutir os problemas da comunidade real em um sistema de redes sociais como Orkut. Iniciem juntos um fórum, publicando as conclusões do grupo a partir do mergulho.

Desenvolvimento Comunitário Baseado em Talentos e Recursos Locais – ABCD.

Lycia Tramuja Vasconcellos Neumann e Rogerio Arns Neuman.

Coleção Conquiste a Rede, Ana Carmem Fochini e Roberto Romano Taddei.

Composta por quatro volumes, a coleção aborda o recente fenômeno do “faça você mesmo” na Internet, explicando o que é e como fazer blogs, fotologs, vídeologs, podcasts e Jornalismo Cidadão. Disponível em <http://www.overmundo.com.br>

ImageMágica – Organização não-governamental que trabalha para despertar o senso de responsabilidade para a edificação de um mundo melhor, utilizando como principal ferramenta o poder da imagem.

<http://www.imagemagica.org>


Cala-boca Já Morreu – Organização não-governamental que desenvolve um projeto de educação pelos meios de comunicação, dirigido a crianças, adolescentes e jovens.

<http://www.cala-bocajamorreu.org>

<http://www.fotosite.com.br> – Portal de trabalhos fotográficos com portfólio de profissionais e ensaios com temas variados. Na seção Links há indicações de diversos fotologs interessantes.

<http://estudiolivres.org> – Site que reúne informações sobre diversos programas livres, como o editor de imagem GIMP, o editor de áudio AUDACITY e os editores de vídeo KINO e CINELERRA.

Outros links



Estratégias e
ferramentas para fazer
Problematização

Jogo do fantasma

O Jogo do Fantasma é uma estratégia lúdica que encaminha a problematização da realidade. Seguindo os passos sugeridos pelo jogo, o grupo consegue identificar o tema gerador (fantasma) mais grave. Analisa suas causas, elabora um plano de ação, executa a ação (a caçada ao fantasma) e avalia o processo.

Como jogar

1º passo – Com o grupo em roda, proponha a brincadeira do fantasma.

2º passo – O educador pode ser o coordenador, mas o grupo também poderá escolher um dos educandos para coordenar o jogo. Outra pessoa deve ser a relatora da equipe.

3º passo – Com o editor de desenhos ou papel e lápis, cada pessoa vai desenhar um fantasma que ataca a qualidade de vida daquele grupo ou daquela comunidade, e dar um

nome a esse fantasma – não pode ser o nome de uma pessoa. Após desenhar e escrever o nome do fantasma, proponha que:

- Cada um apresente o seu fantasma ao grupo, dizendo quem ele é e os danos que ele causa.
- O relator anota os fantasmas que vão sendo apresentados, de preferência em uma lousa ou papel grande, para que todos possam visualizar.

4º passo – Os participantes vão agrupar os fantasmas semelhantes, como se eles fossem da mesma família fantasmagórica:

- Os fantasmas semelhantes serão reunidos em pequenos grupos. Por exemplo, falta de trabalho, desemprego e falta de oportunidades são fantasmas que podem ser agrupados na mesma família.
- Os grupos vão descobrir por que cada fantasma existe e o que os criou.



- Os grupos vão escrever cinco causas ou a origem dessa família de fantasmas.

5º passo – No grande grupo:

- Cada grupo apresenta o que descobriu sobre a família de fantasmas que investigou (o relator de cada grupo).

- O relator geral anota as descobertas dos grupos.

6º passo – Um fantasma é eleito pelo grupo para ser caçado em primeiro lugar. Anotem o plano de ação.

7º passo – O coordenador pergunta quais as características necessárias à equipe que vai caçar o fantasma:

- Que qualidades pessoais e coletivas os caçadores devem ter?

- Quais são os conhecimentos gerais e específicos necessários à caçada?

8º passo – O Grupo identifica os recursos de que a equipe vai precisar e descobre como pode obtê-los.

9º passo – O Grupo deve definir as três primeiras ações.

- Quem serão as pessoas responsáveis por cada ação (os nomes deverão constar no plano de ação)?

- Qual será o prazo para as primeiras ações?

- O coordenador deverá marcar uma data de retorno do grupo, para avaliar as ações

Roteiro para registro e avaliação da caçada:

1. Quem era o fantasma? (apresente-o em forma de desenho ou escreva sobre ele)
2. O que criou o fantasma?
3. O que ele provocou?
4. Como foi descoberto?
5. Quem era a equipe Caça-Fantasmas?
6. Como a equipe pensou as ações de combate?
7. Qual foi o envolvimento de cada um no processo?
8. Existiu algum tipo de parceria para essa ação? Qual ou quais?
9. Qual foi a abrangência da ação? (local onde foi desenvolvida)
10. Quais foram os resultados da caçada?
11. Quais tecnologias a equipe utilizou, desde o planejamento até a caçada?
12. Novas ações foram planejadas pela equipe, caçando o mesmo fantasma? Conte resumidamente.

Áudio-fórum

A idéia é realizar um debate sobre o tema gerador. Pode ser um debate interno ao grupo ou com a participação de pessoas convidadas (especialistas no assunto, representantes do poder público etc). A diferença entre o áudio-fórum e um debate normal é

que ele estará sendo gravado em áudio (fita cassete ou gravador digital). As pessoas podem ser divididas em pequenos grupos e cada um vai debater o tema gerador. Num outro momento, todos ouvem os debates, o que permite ampliar a discussão, a partir das diversas visões acerca do mesmo problema.

Assim os educandos fazem uma dupla reflexão sobre o assunto: a primeira, na hora dos debates e a segunda, na audição dos mesmos. O material bruto pode ser editado e veiculado pela rádio comunitária do bairro, pela rádio interna da entidade e, ainda, ser divulgado pela Internet, no podcast.

Fotonovela

A fotonovela é um gênero de literatura popular que fez muito sucesso nas décadas de 50 e 60, quando pouca gente tinha televisão. Os capítulos das histórias eram contados por meio de seqüências fotográficas e publicados em revistas. Enquanto a telenovela apresenta as cenas e os personagens em movimento, a fotonovela mostra os acontecimentos congelados em fotografias, acompanhadas de pequenos textos e balões de diálogo, como nos gibis.

Para montar uma fotonovela com o grupo, sugerimos os seguintes passos:

- Defina com clareza o tema gerador com o grupo (você pode usar o início do jogo do fantasma para isso).

- Organize um pré-roteiro para a fotonovela: Qual é o tema gerador ou o conflito da novela?

Quem serão os personagens?

Onde a história vai se passar?

Quando ela acontece?

Como vai começar?

Quais fatos acontecerão?

Quais serão as falas dos personagens?

O problema será resolvido? Como?

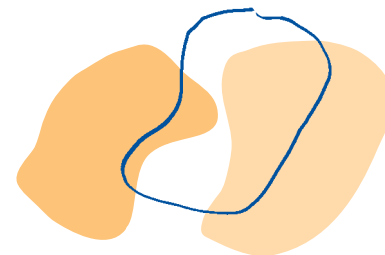
Como termina essa história?

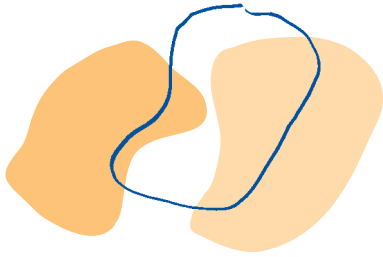
- Com essas perguntas respondidas (elas podem ser organizadas no editor de textos), vamos planejar o roteiro da fotonovela, cena-a-cena. Qual será a cena-fotografia 1? Cena-fotografia 2? E assim por diante.

- Luz, câmera, pose e... cliq! Enquanto parte do grupo encena a novela, outra parte cuida da produção das fotografias.

- No apresentador de slides, peça para o grupo organizar uma fotografia por slide, acrescentando as falas dos personagens. Não se esqueça da abertura, com o nome da fotonovela e do final, com os créditos de quem fez o quê.

- Incentive o grupo a mobilizar as pessoas da entidade (outros educandos e colabora-





Dica de site

Centro de Teatro do Oprimido

<http://www.ctorio.org.br>

Informações sobre o histórico e as outras técnicas do teatro do oprimido. Há também registros de experiências realizadas, sobretudo em penitenciárias. Estratégias e ferramentas para elaborar o PLANO DE AÇÃO

dores) e da comunidade (moradores, lideranças e representantes do poder público) para assistirem à fotonovela e encaminharem propostas concretas de ação para solucionar o problema apresentado.

- Se possível, imprima os slides e deixe a fotonovela exposta por um tempo em um local bem visível.

Teatro-fórum

O teatro-fórum é uma das técnicas do Teatro do Oprimido, criado pelo teatrólogo brasileiro Augusto Boal. A linguagem teatral é utilizada como instrumento dramático, lúdico e imaginativo, para favorecer a compreensão e a busca de diferentes caminhos

para solucionar problemas. No teatro-fórum, especificamente, uma situação-problema é apresentada na forma de espetáculo teatral. À medida que a história vai se desvelando, os espectadores são convidados por um mediador (chamado “coringa”) a substituir o personagem principal e a improvisar alternativas para o problema apresentado.

O teatro-fórum pode ser realizado dentro do grupo que está fazendo o trabalho de inclusão digital ou, estrategicamente, com um público maior. Neste caso, já estamos sensibilizando e envolvendo outras pessoas (da entidade e da comunidade), que poderão contribuir muito para a eficácia da ação.

Outros links

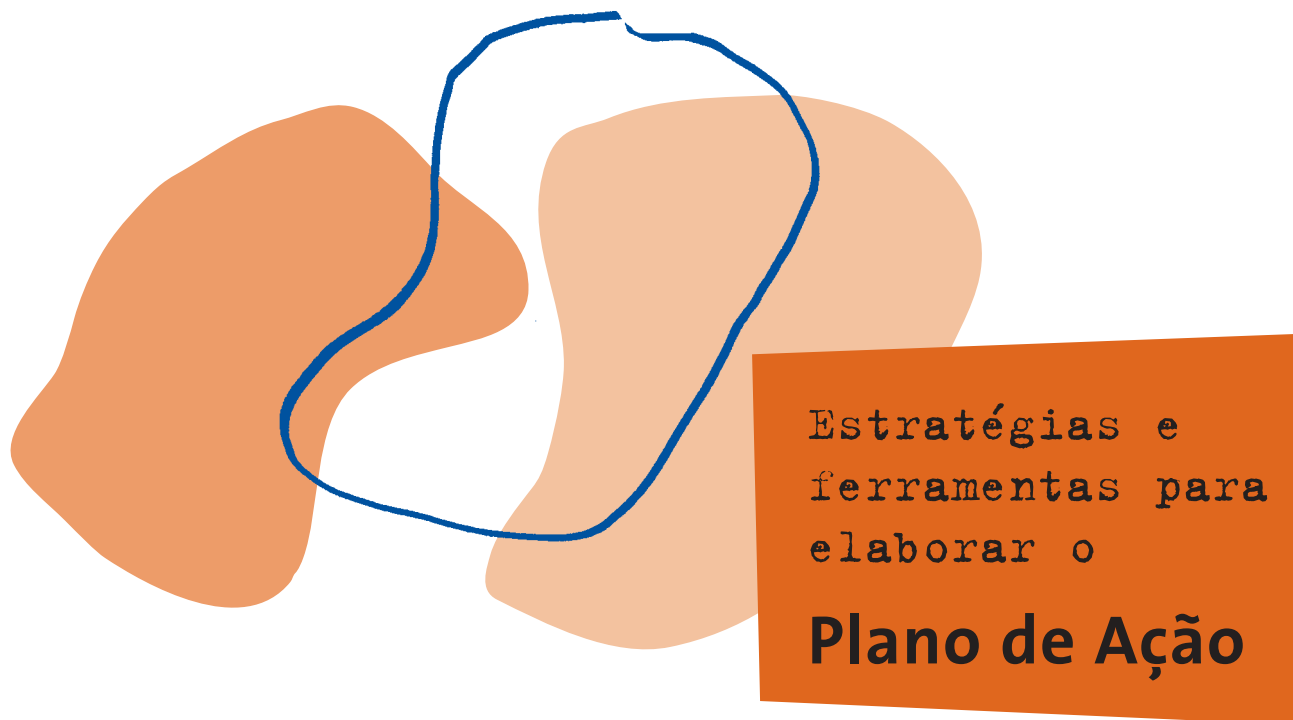
Nossa escola pesquisa sua opinião: manual do professor. Instituto Paulo Montenegro. Disponível também em <http://www.ipm.org.br>

Teatro do Oprimido e Outras Poéticas políticas. Augusto Boal

Associação Cultural Kinoforum promove atividades na linguagem cinematográfica,

como festivais e oficinas. Possui um grande acervo de vídeos produzidos por participantes das oficinas, com temas variados. <http://www.kinoforum.org>

Ensinar com Internet: como enfrentar o desafio. Coleção EducaRede: Internet na escola. CENPEC. Disponível em <http://www.educarede.org.br>



Estratégias e
ferramentas para
elaborar o

Plano de Ação

Organização do Plano de Ação


Depois de responder às perguntas que sugerimos na página 51, o grupo pode organizar o Plano de Ação em uma tabela no editor de texto de planilhas. Uma apresentação de slides com as ações planejadas também pode facilitar a mobilização das pessoas que vão colaborar com a ação.

O jogo do fantasma (pág. 79) também pode ser utilizado no Plano de Ação.

Elaboração participativa de projetos: um guia para jovens. Maria Carla Carrochano e Dílson Wrasse.

Utilizando o planejamento como ferramenta de aprendizagem. Antonio Luiz de Paula e Silva.

Outros links

An abstract graphic featuring two large, overlapping, organic shapes in shades of orange and tan. A thick, hand-drawn blue line loops around the top and sides of these shapes. In the foreground, a rectangular orange box contains text.

Estratégias e
ferramentas para a
Ação

Preparando a ação: mobilização social

Independentemente do tipo de ação que pretendemos realizar (um mutirão de limpeza, um debate, uma manifestação pública etc.), é necessário convocar as pessoas para colaborar. Quanto mais envolvidas elas estiverem, maior será o sentimento de coresponsabilidade pelos resultados. O importante é definir quem são as pessoas que o grupo considera estratégico convocar. Diferentes meios podem ser usados, como cartas-convite, e-mails, cartazes, folhetos, divulgação em veículos de comunicação comunitária ou na imprensa (jornais, revistas, telejornais, rádios, sites etc.)

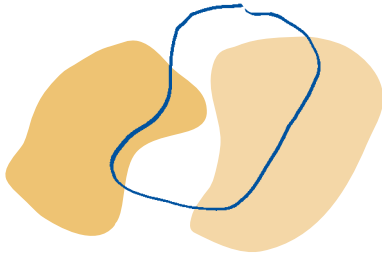
Em todos esses meios de comunicação, as informações precisam ser claras e completas. As seguintes perguntas podem

ajudar na produção desses materiais:

- O que queremos fazer?
- Por que queremos realizar esta ação?
- Como a ação vai acontecer?
- Quando?
- Onde?
- Quem é este grupo que está organizando a ação?

Ter um material que, ao mesmo tempo, convida e explica qual será a ação e por que ela é necessária é extremamente importante, mas não garante a participação das pessoas. É preciso ser persistente, telefonar, visitar as pessoas em seu local de trabalho ou em suas casas. Mais do que convidá-las, é necessário sensibilizá-las para a importância da sua participação.

Observação: Alguns registros produzidos na leitura de mundo podem ser reaproveitados nesses materiais de convocação.



Registrando a ação

Enquanto a ação acontece, é importante registrá-la. Para isso, é importante definir previamente quem ficará responsável por esse registro e verificar as condições dos equipamentos que serão utilizados.

As pilhas da câmera fotográfica estão carregadas? Há memória suficiente? Se a câmera não for digital, quantos filmes serão necessários?

Se o grupo pretende gravar entrevistas no momento da ação, é preciso verificar as condições do gravador de áudio (pilhas, fitas, memória).

Para filmar o desenrolar da ação, a quantidade de fitas ou de memória é suficiente? A bateria está carregada? A câmera está funcionando bem?

Repercutindo a ação

A ação já foi realizada. E agora? Ainda temos o que fazer? Sim! Precisamos organizar e editar todo o material de registro e difundi-lo para:

a) pessoas que convidamos e que colaboraram com a ação. Assim elas ficam sabendo os resultados e podem avaliar a importância de sua colaboração;

b) pessoas que não participaram diretamente dessa ação, mas podem colaborar com os desdobramentos da mesma;

c) pessoas que participaram ou não, mas que estão interessadas em realizar ações futuras.

Com o editor de texto, o grupo pode preparar uma carta, um relatório ou uma reportagem, contando como foi o processo. Esse texto pode ser publicado no blog, enviado por e-mail, publicado em sites, fanzines, jornais ou revistas.

Com o editor de apresentações, é possível ordenar dados, fotografias, vídeos e depoimentos. Com o material pronto, cabe ao grupo organizar um encontro para apresentar o material ao público interessado. Os slides podem ser impressos e afixados na instituição ou na comunidade.

O material bruto das filmagens precisa ser editado para se tornar um vídeo que mobilize as pessoas. Além de garantir a edição do material, o grupo precisa se preocupar com a exibição desse vídeo. Afinal, pra que fazer um vídeo que ninguém vai assistir? Reuniões, festas, encontros, todas essas ocasiões podem ser aproveitadas para apresentar o filme sobre a ação realizada. Além disso, o material audiovisual pode ser publicado na Internet.

Outros links

Mobilização Social: um modo de construir a democracia e a participação.

José Bernardo Toro e Nisia Maria Duarte Werneck.

Protagonismo Juvenil: adolescência, educação e participação democrática.

Antonio Carlos Gomes da Costa.

Aracati (<http://www.aracati.org.br>) é uma entidade que desenvolve projetos na área de mobilização social. Destaque para o livro “Mobilização Social Juvenil”, disponível no site, com o relato de oito iniciativas envolvendo jovens protagonistas.

Vídeo-ação, um jeito de fazer inclusão digital. Material impresso, resultado da sistematização do processo do vídeo-ação no CDI São Paulo. Disponível no CD-Rom que acompanha esta publicação.





capítulo

4

reflexões sobre a prática



Protagonismo e cidadania: uma experiência prática de inclusão rumo a uma cultura digital

Resgatamos aqui a experiência vivida ao longo do processo de sistematização, resultado dos encontros com os atores envolvidos na parceria entre CDI, AJAES, COMEC, Prefeitura do Guarujá, Obra Social São João Bosco, Projeto Gaia e Fundação Telefônica, em busca de pistas que possibilitem compreender as orientações e os caminhos seguidos, bem como visualizar para onde apontam os rumos dessa inclusão digital-social-cultural, resultantes dessa intervenção.

Como afirma Oscar Jara, “é necessário voltar novamente à prática, agora sim, com uma compreensão integral e mais profunda dos processos e suas contradições, a fim de dar um sentido consciente à prática e orientá-la numa perspectiva transformadora” (2006, 49).

Uma experiência piloto

A consultoria às entidades apoiadas pelo Programa Pró-Menino, da Fundação Telefônica iniciada em 2005, inscreve-se como marco para o CDI Regional São Paulo, pois nasce num momento-chave da reestruturação da Rede CDI: a criação de um Conselho Consultivo eleito pelos Comitês Regionais e a reconstrução da Proposta Político-Pedagógica, bem como das diretrizes para o funcionamento das EICs – documentos imprescindíveis para a realização da missão da Organização, elaborados por interlocutores também eleitos, inaugurando um jeito mais democrático e participativo de tomada de decisões na Rede.

Isto é relevante para o CDI São Paulo, já que o regional tem uma atuação importante na Rede neste momento, com o envolvi-

mento de sua coordenadora pedagógica na produção de conteúdos para a construção da Proposta Político-Pedagógica, com a participação do regional no Conselho Consultivo do CDI e com a eleição da coordenadora de projetos sociais para interlocutora da Rede. No regional, isto se reflete na construção coletiva de projetos para captação de recursos, que culmina com a aprovação desta consultoria.

Estando o CDI no momento de alçar outros vãos e tentar novas experiências, tanto no aspecto da gestão como no pedagógico, o desafio de trabalhar com outras instituições que não faziam parte de sua Rede apresentava-se duplamente impactante. Primeiro porque ainda não havia, em sua atuação, uma prática consolidada em nenhuma das vertentes exigidas pelo projeto proposto – consultoria e uso de novas tecnologias. Segundo porque essa experiência poderia ajudar na construção de estratégias pedagógicas que consolidassem a Proposta Político-Pedagógica em processo de validação na Rede.

Além disso, o momento era propício às novas aprendizagens, pois todos os envolvidos viviam fases bem parecidas. O CDI, por estar revendo suas práticas pedagógicas, lançando-se em direção ao novo e comparti-

lhando suas descobertas com outras organizações; a Fundação Telefônica por inaugurar, junto aos projetos do programa “Medida Legal”, uma experiência de inclusão digital. E as instituições selecionadas pela parceria, umas porque estavam iniciando o trabalho com inclusão digital, e outras porque se disponibilizavam a rever a sua prática, dando-lhe continuidade, a partir do que agregaria esta consultoria.

Sendo uma experiência piloto, em que todos testavam processos e relações, o marco inicial da consultoria se deu quando o CDI, em reunião com a Fundação Telefônica e, mais tarde, com as instituições selecionadas, apresentou as estratégias propostas no projeto, deixando claro que apenas dispunha de orientações metodológicas gerais e estratégias iniciais que ajudariam a deslanchar o processo, sendo os encontros nas cidades e as trocas coletivas práticas determinantes para a composição dos passos seguintes.

Dado o passo inicial e acordados os pressupostos, a consultoria seguiu, tendo por base:

- Uma intervenção direta, em que todas as etapas eram compostas por uma fase de preparação local, com reuniões entre todos os envolvidos: adolescentes em atendimen-

to, educadores, coordenadores pedagógicos e gerais das respectivas instituições.

- Um processo de formação em grupo e em imersão, em que o principal foco era a vivência do uso de novas tecnologias (áudio, fotografia, vídeo e web), a troca de experiências entre os atores envolvidos e a multiplicação local.
- Um olhar voltado para o protagonismo dos adolescentes em cumprimento de medida sócio-educativa em meio aberto, estimulando a participação de educandos, proporcional ao número dos representantes das instituições, formando um grupo de 50% de adolescentes e 50% de adultos. Todos saíam com a responsabilidade de apoiar a multiplicação da metodologia nos núcleos de inclusão digital de cada instituição.
- Uma gestão coletiva, na qual o planejamento das ações era realizado pelas áreas do pedagógico, de projetos sociais e da coordenação regional do CDI São Paulo, também proponentes da consultoria.
- A sistematização de processos como principal característica do segundo momento da consultoria, a produção e publicação de material pedagógico.

Para prosseguirmos, destacaremos alguns momentos que, no decorrer do processo, revelaram-se importantes à constru-

ção, e que serão analisados a partir do caráter pedagógico da intervenção e seus desdobramentos.

O movimento da prática

O primeiro contato com os adolescentes aconteceu com a formação da equipe "Caça-Fantasmas", estimulada pelo CDI ao desenvolver uma oficina de preparação para o primeiro Encontro Geral do grupo, e que tinha como objetivo pensar sobre os sonhos, o lugar no mundo e as dificuldades – fantasmas – que estavam presentes.

Esse contato foi um marco para o desenvolvimento da consultoria, pois trazia já de início, a base de toda a intencionalidade pedagógica da metodologia proposta no projeto: o protagonismo dos adolescentes.

Metodologicamente, o CDI, ao sentar-se lado a lado com esses e essas adolescentes, pretendia desconstruir uma forma bancária de pensar educação, trazendo o jovem para a condição de ator, para pensar com ele suas questões, juntando-se a quem também tinha interesse em contribuir, como os educadores e educadoras dos núcleos de inclusão digital.

É certo que chegar perto e viver, diretamente com o grupo, as experiências peda-

gógicas que este propunha, parecia ir além de sua condição de consultor, mas, mesmo sendo estreante nesse tipo de trabalho, o CDI sabia que esse momento era importante para conhecer a realidade daqueles com quem iria atuar. Isso porque acredita, assim como Paulo Freire, a quem toma por referência metodológica, que não se muda a vida de outra pessoa a não ser com ela, a partir das necessidades que ela sente e do que ela enxerga de possibilidades de superação e mudança.

Com essa opção metodológica, os Encontros locais e gerais tiveram intervenção direta da equipe do CDI, mesmo quando foi necessário contratar ou firmar alguma parceria externa, como aconteceu no primeiro Encontro, no qual foi realizado um trabalho conjunto com a ONG ImageMágica e com o consultor em pesquisa Antônio Nápole e, mais tarde, na última fase do primeiro ano, com a ONG “Cala-boca já morreu” e o coletivo “Web Social”. Essa característica aparece mais fortemente no primeiro ano, quando o CDI tinha pouca ou nenhuma experiência com as tecnologias de rádio, vídeo, fotografia etc. e, por isso mesmo, procurava ajuda.

Retomando a experiência do primeiro encontro do grupo, que ocorreu na cidade

de Cajamar, eram duas as vertentes das oficinas: fotografia e pesquisa. O objetivo das atividades era dar continuidade à reflexão de questões provocadas pelo exercício iniciado localmente com a formação da equipe “Caça-Fantasmas”:

“O que dizem de mim? O que dizem para mim?”, eram perguntas que iniciavam a formação em fotografia dada pela ImageMágica, em parceria com o CDI nesse Encontro. “Precisamos ir além e falar por nós mesmos” dizia a Raquel, facilitadora da instituição parceira. “Mudar a imagem que construíram de nós para outra que queremos ser”, diziam Alex, Bruno, Cleber, adolescentes que participavam da formação. (Relatório do Encontro, 2005)

No mesmo encontro com a oficina de pesquisa, o grupo tomou por base esse debate, compreendendo que, para mudar essa imagem, era preciso investigar as oportunidades que eles tinham em seu entorno, para daí elaborar um plano de ação que propusesse a utilização dos recursos do núcleo de inclusão digital, como instrumentos para transformar essa realidade.

Se a oficina de fotografia serviu como etapa de sensibilização dos jovens para a proposta, encantando-os com efeitos e luzes, a pesquisa foi determinante para seu

envolvimento no núcleo, pois eram muitos os desafios: pensar o que queriam saber, o que era necessário conhecer para mudar uma situação; sair do seu mundo particular e abordar pessoas para saber o que elas pensavam sobre o que eles estavam trazendo; tabular dados e classificá-los por temas, tornando-os mais claros com a construção de gráficos; destacar o que seria mais relevante para o plano de ação etc.

Os adolescentes capacitados no primeiro Encontro participaram de todos os momentos, além de ajudarem na multiplicação das oficinas em seus núcleos, com a responsabilidade de sensibilizar e agregar outros ao trabalho.

Ao chegar para o segundo Encontro, momento de pensar sobre o que os dados estavam dizendo, os adolescentes, mais amadurecidos pelo processo, já distinguiam coisas como:

"O total dos dados não dá os resultados verdadeiros porque cada uma das cidades aplicou os questionários em lugares diferentes, tipo, se um grupo estava no centro da cidade e foi a uma escola particular, o resultado é diferente de uma escola pública porque os moleques são diferentes." (Cleber, adolescente do Guarujá).

De posse dos dados, ao mesmo tempo em que se planejava produzir rádio, vídeo,

jornais, revistas e sites nos Núcleos, tendo a pesquisa como apoio e um projeto de ação como referência, pensava-se sobre o que fazer com aqueles dados nas cidades. Guarulhos organizou os resultados locais e preparou uma reunião na Câmara Municipal. A Fundação Telefonica e o CDI, com a ajuda das instituições envolvidas, reuniram algumas autoridades que trabalhavam com crianças e adolescentes das cinco cidades, dirigentes públicos e de organizações civis da cidade de São Paulo, em um evento que significou uma primeira iniciativa desse grupo, de sensibilização para a realidade desses adolescentes, trazendo a público um retrato do que estava acontecendo no trabalho.

Ao mesmo tempo em que tudo isso ocorria, os adolescentes envolvidos tinham os seus primeiros contatos com as tecnologias: câmeras fotográficas, gravadores, filmadoras, tabulação de dados on line, uso de planilhas para montar gráficos e apresentação em slides.

Além de muitos outros resultados, como a aprendizagem dos participantes das oficinas com a aplicação de questionários na rua e o uso de tecnologias que não lhes eram acessíveis, como o email, sites de relacionamento, blogs, flogs etc, os adolescentes se apropriaram da estratégia de abordagem, de

tal forma que todos os planos para uso dos núcleos apontavam uma nova pesquisa.

Em síntese, o primeiro ano da consultoria significou a vivência, o aprender fazendo. Parecia tudo meio confuso, desorganizado, como relataram alguns integrantes do grupo. Foi no segundo momento, "com a sistematização do processo, que tudo começou a fazer mais sentido". De acordo com Leonel, educador do COMEC – Campinas, "parecia necessário viver tudo daquele jeito, porque se não fosse assim, seria só teoria, mas pensar por que fizemos e como isso foi se desenvolvendo na instituição, após ter vivido, e agora com o amadurecimento, está sendo muito importante para entendermos como fazer na EIC".

Nos encontros do segundo ano, o resgate foi a base de todo o processo, mas os exercícios em grupo, para compartilhar e pensar os aprendizados velhos e novos, as novas perguntas que surgiam com as reflexões e, a partir daí, as recomendações que o grupo fazia para si e para outros com o mesmo desafio, tudo isso possibilitou a construção de um desenho de uma prática pedagógica, não só vivida, mas com projeções que apontavam para novas possibilidades antes não pensadas.

Com relação ao CDI, percebemos dois níveis de intervenção: como capacitador, quando sua equipe desenvolvia as ativida-

des diretamente com o Grupo; como parceiro, quando planejava e realizava com outra organização as oficinas pedagógicas. A primeira era muito tranqüila, mas não dava conta de todas as demandas do projeto. A segunda não era tão simples de administrar, pois as organizações convidadas, apesar de terem uma proposta muito afinada com o CDI, tinham sua própria metodologia.

No geral, o processo foi muito enriquecedor, pois favoreceu ao CDI São Paulo os primeiros contatos com as chamadas novas tecnologias e provocou uma necessidade interna de deixar mais claro o jeito CDI de fazer inclusão digital, além de possibilitar o exercício de novas práticas com as EICs. Em suma, ao olhar para fora e compartilhar sua proposta político-pedagógica com outros parceiros, a demanda por retomar a prática de inclusão digital à luz da identidade CDI tomava corpo, provocando-lhe a necessidade de sistematizar a experiência para obter os elementos práticos que caracterizam a sua metodologia de inclusão digital.

Inclusão digital e cidadania

Segundo Bernardo Toro, a cidadania não é legítima se não somos criadores ativos de nossa própria história. Pois "toda ordem

social é criada por nós. O agir e o não agir contribui para a formação e consolidação da ordem em que vivemos" (1996: 7). Ora, se a ordem social que aí está foi aceita por nós, então temos como mudá-la. E mudar é exercer a cidadania. Para isso, é imprescindível a participação em processos coletivos que objetivam mudar uma realidade não satisfatória, pois é no exercício da participação, construído nos espaços democráticos, que isso se realiza.

Sendo esse um espaço de troca é também de aprendizagens, de construção de relações e de conquistas coletivas. Toro afirmar que "aprendemos a conversar, a decidir e agir coletivamente, ganhamos confiança na nossa capacidade de gerar e viabilizar soluções para nossos problemas, fundamentos para construção de uma sociedade com identidade e autonomia" (op.cit., 7-16).

No livro "A educação como prática da liberdade", Paulo Freire fala-nos disso, quando trata da cultura do silêncio, instaurada pela cultura da maioria, que é o contrassenso da democracia. A cidadania é, também, para ele, um exercício da prática da liberdade, em que o diálogo é o principal instrumento. Assim, nos espaços educativos que deverão ser, acima de tudo, comunicativos, o diálogo entre as pessoas para enfren-

tar as suas questões é condição imprescindível a uma prática pedagógica voltada à liberdade e a transformação social.

Mas como transformar os núcleos de inclusão digital em espaços educativos, voltados para a construção dessa cidadania?

Um dos problemas a enfrentar era o de achar que tudo isso poderia ser chato para os adolescentes. Além disso, a angústia dos educadores e coordenadores das instituições era de que os adolescentes, sendo muito instáveis e difíceis de serem conquistados, não dessem continuidade aos trabalhos iniciados; que as cargas horárias diferentes de cumprimento da medida sócio-educativa e o fato de os adolescentes virem de vários lugares da cidade dificultavam a organização dos grupos.

Nem todas as angústias do grupo foram resolvidas nos Encontros, nem era esse o objetivo, mas o debate trouxe um olhar mais crítico às experiências, revelando algumas pistas à prática. Com relação à parte desse bloco, por exemplo, os adolescentes trouxeram falas que contribuíram muito com a reflexão do grupo:

"Existem duas maneiras de dar aula aos adolescentes, uma chata e outra legal; a chata é aquela que não escuta, só fala e manda fazer exercícios chatos no computa-

dor; a legal é quando os adolescentes decidem junto o que fazer, e onde mexer" (Jéssica, da AJAES de Jandira, no I Encontro de Sistematização, outubro de 2006).

Como fazer isso funcionar, sem correr o risco de deixar o trabalho solto demais? Como trabalhar sem saber o que vai acontecer?

O próprio grupo percebeu que era preciso enxergar os adolescentes como interlocutores e não apenas como receptores. O educador Leonel, do COMEC, mais uma vez nos diz em seu depoimento:

"Tínhamos medo de dar uma câmera para eles, porque não acreditávamos ainda que pudessem ser responsáveis. Tínhamos receio de deixar que falassem em público para explicar algo que o grupo estava fazendo, porque sabíamos que ia ser difícil para eles, e sei lá... podiam dizer coisas, comprometer a instituição, o trabalho, mas aí descobrimos que não havia outro jeito e tentamos. Desde então, foi muito diferente."

Outro grande desafio apresentava-se: fazer uma educação mais democrática e participativa, e saber quando e como intervir, preservando a liberdade e o respeito ao coletivo.

No ritmo de várias outras reflexões, o grupo percebeu que é muito importante planejar, que o educador tem uma intencionalidade, um objetivo ao se encontrar com

aquele grupo, e que se não pode jogá-lo fora, mas negociar o jeito de realizá-lo, tornando todos os que ali estão em potenciais parceiros que, juntos, decidirão como enfrentar os problemas. Outra descoberta do grupo é que existem dois momentos para esse planejamento: um com a equipe, em que se definem objetivos e estratégias para envolver os educandos nas oficinas, e outro, com os educandos, ao decidir a ação que o grupo realiza com o apoio das oficinas. Essa prática é o grande diferencial de um processo educativo democrático, pois provoca os educandos a se enxergarem como agentes de mudança, por isso protagonistas de suas histórias, cidadãos.

Mas onde entra a inclusão digital?

Segundo Jesús Martin-Barbero, "essa empatia dos jovens com as novas tecnologias é um empatia cognitiva, modos de relação com o saber que passam por essas tecnologias, mas empatia expressiva também. Novos modos de dizer, novos modo de narrar, que passam por essas novas sensibilidades" (1999, 74).

"Eu nunca imaginei que podia pegar uma filmadora e fazer eu mesmo um filme!

Assim, parecido com os da televisão!", dizia Dione, adolescente da EIC Padre Moreira, entusiasmado com a produção de um vídeo em que registrou as suas dificuldades de relacionamento, e a de seus pares em Liberdade Assistida, com as escolas da região em que mora, em São Paulo.

Também Mayara, adolescente da cidade de Jandira, ao fazer uma provocação para o grupo, revela uma pista para esse jeito de educar.

“Com o olhar sobre a objetiva da filmadora, ela registrava a avaliação do grupo, mas naquele momento chegara a sua vez de falar. Assim, colocou a filmadora do lado e disse: "que tal se a gente dissesse aos adolescentes do mundo inteiro o que nós adolescentes estamos fazendo aqui?" (depoimento retirado do filme, "Que bom! Que pena... Que tal?", como registro do primeiro Encontro do grupo – 2005)”

Nesses depoimentos, percebemos o quanto é possível a prática da liberdade e do diálogo proposta por Freire como método para gerar autonomia e protagonismo, pressupostos da cidadania que queremos. Se unirmos essa vontade de mudar que os jovens já possuem às facilidades de uso das ferramentas atuais de informação e comunicação, além da aptidão da juventude para

se expressar e da natural empatia com essas tecnologias à qual Barbero se refere, concluiremos que a prática da inclusão digital é determinante e estratégica na formação cidadã e na inclusão social e cultural desses adolescentes.

Agregado a isso, temos ainda a popularização das Tecnologias de Informática e Comunicação, o que muda o conceito de comunicação. De volta a Barbero, "até agora, vimos a comunicação como a que veicula, que faz circular, que reproduz. Pois bem, a partir do computador já não é mais isso. Daí o computador começa a ligar-se com a TV, com o vídeo, etc., e esses são os novos modos de produção de conhecimento. Não apenas novos modos de armazenar e sim de produzir" (op.cit., 77).

Com a simplicidade do uso de eletrônicos e a produção de áudios, vídeos, fotografias, e também o barateamento das tecnologias, como câmeras fotográficas, filmadoras etc, o tempo e a urgência do dia-a-dia saem do universo doméstico e privado e se tornam públicos. O músico faz seu disco no "fundo de quintal", com um computador pessoal, e o vende diretamente para seus fãs, criando um novo canal de relacionamento e colaboração; os jovens fazem filmes sobre suas realidades e os publicam na

internet; surgem os concursos de filmes de bolso, de minuto etc, que estimulam, cada vez mais, essa produção doméstica.

É impossível dar as costas a essas mudanças, se somos responsáveis por incluir pessoas nessa cultura digital, pensa o CDI. Fazer por nós mesmos é lema da organização. Mudar a realidade que nos cerca é cidadania. No que concerne a fazer desse movimento digital um instrumento para inclusão social e cultural, é provável que o caminho "mais legal", como diriam os jovens, seja o de colocar uma filmadora na mão de um adolescente, muitas vezes autor de alguma infração, e torná-lo responsável pelo que diz e faz, estimulando-o a, ele próprio, mudar sua realidade. Foi essa a opção pedagógica do CDI, frente ao desafio que lhe foi colocado.

Questões como essas são levantadas todo o tempo, nesse ambiente de provocação metodológica. O CDI, como um protagonista da história da inclusão digital, toma-as como matéria de reflexão, trazendo o debate às instituições parceiras e a outras, com as quais também dialoga. No contexto do ritmo acelerado de desenvolvimento das tecnologias e de acesso a elas, essa organização começou preocupada em dar acesso a computadores nos morros cariocas e tenta

agora, a partir desse diálogo e de suas experimentações, ressignificar seu modo de fazer inclusão digital, deixando claro que as conexões proporcionadas por esse movimento devem ser canalizadas para a mobilização social. O acesso, assim como a cidadania a que nos referimos, não mais é passivo, receptivo, mas provocativo, crítico, produtor, ativo.

Assim sendo, é importante enfatizar algumas das necessidades que emergem dessa prática, tais como:

- a manutenção de um ambiente coletivo onde o diálogo é utilizado e as experiências de vida de todos, independentemente da idade e do papel que assumem, são respeitadas;
- a preocupação contínua em fazer da troca de experiências a melhor forma de aprender, dando condições a todos de produzir em grupo e aproveitando as habilidades pessoais que se apresentam com a convivência;
- a construção de um espaço de criação, onde todos são autônomos e usam as tecnologias da informação e da comunicação para mudar a sua vida e a de seus pares.

Difícil? Talvez, ideal. Mas o fundamental é que a objetividade do dia-a-dia lembranos sempre do grande fosso da desigualdade que a falta de oportunidade provoca, e aí se inclui o acesso digital, que não nos deixa

espaço para acomodação. Como colocam alguns dos pensadores que citamos aqui, é no exercício de encontrar, de dialogar, de mudar a nós mesmos e ao mundo, que vamos prosseguindo e aprendendo, com

tudo o que nos faz ser apenas um grupo, mas também muitos, com nossas diferenças, possuídos que somos por uma única causa: construir uma sociedade mais justa e digna para todos.





para saber

mais

Sobre o CDI
Paulo Freire
O método dialético
Novas tecnologias

Um método para inclusão digital: tecnologia para transformação social

Cristiane Fornazier*, coordenadora pedagógica do CDI - Matriz
Fátima Oliveira**, coordenadora pedagógica do CDI - São Paulo



CDI

Em 1995, quando o mundo da Internet ainda estava quase restrito à produção de conhecimento acadêmico e a áreas militares estratégicas, e o computador era uma ferramenta para poucos, nasce o Comitê para Democratização da Informática (CDI). Esse evento deu-se em meio a um intenso movimento pela democratização do país e à criação dos comitês contra a miséria e pela vida, ligados ao grande mobilizador social Betinho de Souza.

Pioneiro em ações de inclusão digital, o CDI iniciou sua atuação lançando uma campanha de arrecadação de computadores para populações de baixa renda. Cinco anos depois de criado, e em franco crescimento, já funcionava em várias cidades brasileiras e tinha alguns comitês regionais constituídos. Mas, apesar da expansão e de ter objetivos claramente definidos, a organização necessitava de um método para fazer sua missão acontecer. Queria levar um diferencial às suas Escolas de Informática e Cidadania (EICs). E, para isso, desde o início, a pedagogia de Paulo Freire foi o grande referencial. Mas, como não existiam orientações práticas, cada um fazia do seu jeito.

A primeira elaboração desse padrão chegou ao CDI como contribuição do Núcleo de Informática Aplicada à Educação (NIED) da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Após várias experimentações e debates em torno dessa proposta, porém, a Rede CDI percebeu que sua prática estava se distanciando do referencial inicial.

Um movimento interno de estudo do método de Paulo Freire deu início a um processo de reconstrução da Proposta Político-Pedagógica, que avançou com a criação de um grupo de interlocutores formado por representantes de regiões eleitos pela Rede.

* Cristiane é mestra em Educação pela Universidade Estácio de Sá.

** Fátima é doutoranda em Ciências Políticas pela PUC-São Paulo.

Em 2005, esse mesmo grupo sintetizou sua pesquisa num texto que continha os pressupostos teóricos baseados em Paulo Freire, e também uma série de orientações metodológicas para apoiar o trabalho dos regionais com as EICs. Nascia então a primeira versão da Proposta Político-Pedagógica (PPP) do CDI, construída e validada por sua Rede.

Autor de um método de alfabetização de adultos que o tornaria conhecido internacionalmente, Paulo Freire parte do princípio de que a educação é um processo de aprendizagem em que todos somos sujeitos em busca de expressão no mundo. Nesse sentido, compartilhamos a mesma condição: a de aprendizes que querem transformar-se em agentes de suas próprias vidas, passando da dependência à autonomia. Nesse sentido, a educação é um ato, uma ação transformadora que gera conhecimento, enquanto cria alternativas para mudar, para melhor, a realidade posta. Daí a importância de uma ação cultural. Pensando nisso, Paulo Freire criou os Círculos de Cultura que, na contramão das escolas de educação formal, possibilitavam que todos os envolvidos no processo se sentissem irmanados pela mesma busca.

Para Freire, ao utilizar os conhecimentos de que nos apropriamos para viver melhor, atuamos como autores de nossas histórias pessoais e da história coletiva. Quem não consegue participar ativamente desse processo, pronunciando-se como co-criador de si mesmo e da realidade, precisa ser despertado, provocado a se pronunciar. Disso depende o exercício pleno de nossa condição humana. Entretanto, se alguma coisa na estrutura cultural, política e social em que estamos inseridos impede-nos de exercer nossa humanidade integralmente, se algo nos exclui de alguma dimensão dessa condição fundamental, o ato educativo deve ajudar-nos a refletir sobre como é possível transformar essa situação, juntamente com os demais sujeitos envolvidos.

Ao ver as coisas ao nosso redor, ao constatá-las e ao nos tornarmos conscientes, podemos despertar para nossa condição no mundo, para nossas relações e para a percepção de que a vida pode ser transformada, por meio de nossa ação. Refletir e agir, agir e refletir são práticas que abrem espaço para o diálogo entre sujeitos que partilham uma mesma realidade. Pronunciar-se no mundo sobre si e sobre o mundo promove a consciência de si e da rea-

Paulo Freire

O método dialético

lidade. É esse o ato educativo que Paulo Freire defende. Sua pedagogia é dirigida a todos aqueles que estão sob alguma condição de dependência, de opressão e de exclusão, aos que sofrem à margem da sociedade e não conseguem expressar-se, já que não encontram espaço para protagonizar suas histórias. Nesse sentido, o ato educativo visa a construção de pessoas autônomas, sensíveis, conscientes de sua condição e capazes de transformá-la.

Para Paulo Freire, o mundo da palavra existe para que todos, de posse de seus códigos e significados históricos, despertem e se tornem autores e protagonistas de suas histórias, transformando assim a realidade excludente e opressiva. O CDI foi criado para que todos possam ter acesso ao mundo das tecnologias digitais, fazendo delas instrumentos de expressão e comunicação que convocam sujeitos a agir e a transformar realidades pessoais e coletivas. Para o CDI, esse é um modo objetivo de construir as bases de uma sociedade mais justa, onde todos tenham iguais oportunidades. Por isso a opção por Paulo Freire.

Assim, retomamos aqui alguns dos pressupostos metodológicos da pedagogia de Paulo Freire, para reelaborá-los como fundamentos da prática político-pedagógica do CDI.

Pronunciar o mundo e se pronunciar no mundo

Dialetizar o mundo significa vê-lo em movimento, mudando a todo instante, mundo que envelhece e se renova, em decorrência de nossas intervenções ou omissões. Assim, num circuito infinito, transformamos o mundo e o outro e somos igualmente transformados por eles. Por isso, o ser humano é um ser inconcluso, em constante quefazer e o conhecimento, um ato que necessariamente envolve a convocação ao outro, em nome da ação humana sobre a realidade. Conhecer, então, não é um ato puramente individual, muito menos restrito ao contexto escolar, mas que se realiza no mundo.

Para o CDI, mergulhar na própria realidade e conhecê-la é o primeiro passo para que o sujeito pronuncie-se no mundo. É preciso, portanto, dizer a palavra, expressar-se em meio a esse mergulho. Homens, mulheres, jovens, crianças, seja na condição de educadores ou de educandos, mas sempre como cidadãos, perguntam-se: “Qual o meu lugar no mundo? O que faço aqui? Por que a palavra é privilégio de poucos? Posso me pronunciar no mundo? Posso

mudar a minha história? Meu mundo se relaciona com o do outro? De que maneira? Como faço para mudar essa maneira de interagir?”

Ao buscar respostas sobre si e sobre a sua realidade, as pessoas primeiro descobrem-se inseridas em uma situação histórica, em uma condição de vida, para só então decidir acerca do que fazer.

A esse exercício, Paulo Freire chama leitura de mundo. Ler o mundo é contemplá-lo, investigá-lo, provocá-lo a responder, pronunciá-lo, intervir nele. Por meio desse ato de intervenção na realidade, dá-se um processo de conhecimento capaz de transformar as pessoas e o mundo. Trata-se, pois, de um movimento contínuo de leitura da realidade e de busca de seus sentidos para a transformação dessa realidade (do mundo e do sujeito). A reflexão e a internalização desse dinâmico processo gerador de conhecimento constituem o que chamamos de método dialético.

Como afirma Paulo Freire, o conhecimento “exige uma presença curiosa do sujeito em face ao mundo. Requer sua ação transformadora sobre a realidade. Demanda uma busca constante. Implica invenção e reinvenção. [...] Conhecer é tarefa de sujeitos, não de objetos. E é como sujeito e somente enquanto sujeito, que o homem pode realmente conhecer.”¹

Para Freire, a realidade não é; ela está sendo. Por essa razão, deve ser constantemente problematizada, questionada em todos os seus porquês, analisada, interpretada e re-interpretada de diferentes pontos de vista, de modo a nos preparar para tomarmos as decisões que envolvem sua transformação. Aqui emerge um segundo pressuposto do pensamento paulofreireano.

A educação como ação problematizadora e emancipadora

A problematização é um exercício de conhecimento de si e dos outros, da realidade em nós e ao nosso redor. Trata-se de um questionamento constante, que se dá no decorrer da educação do sujeito e que se realiza sempre com vistas a uma ação para mudar uma realidade identificada e analisada pelo grupo de educandos e educadores. Por isso, a problematização tem um caráter emancipador, visto que emancipar é conceder autonomia. Assim, seres humanos provocados pela reflexão sobre sua realidade, deixam sua condição de opressão, emancipam-se e se sentem aptos a transformar-se/transformar o mundo, desse modo constituindo-se como agentes de mudanças.

¹ Extensão e Comunicação, RJ: Paz e Terra, 1977.

Esse modelo de educação concretiza-se quando o grupo investiga a realidade (a interior e a exterior) para conhecê-la melhor, planeja e executa uma ação, refletindo continuamente durante o processo.

A educação problematizadora tem na criatividade o motor de ações e reflexões autênticas, porque estimuladas pela realidade. Responde, assim, à vocação humana de legitimar o pensamento que se compromete com a efetiva transformação da realidade. Nesse sentido, “...a educação para a libertação se constitui como um ato de saber, um ato de conhecer e um método de transformar a realidade que se procura conhecer”².

Se, para a educação libertadora, transformar significa pronunciar-se, o caminho para que isso aconteça abre-se na direção de um terceiro pressuposto paulofreireano.

O caráter dialógico e horizontal da educação

Esse caráter manifesta-se no contexto de um grupo que dialoga e decide que fazer para mudar uma realidade. Trata-se de um conceito importante na pedagogia de Freire, pois, como já foi posto, esse educador entende que o ser humano é inconcluso e precisa do outro para construir sua identidade, conhecer-se, conhecer o mundo, criar e recriar a realidade. Assim a busca do que fazer é um processo de conhecimento que se realiza por meio da partilha de saberes entre sujeitos postos numa relação dialógica e horizontal, em que não existe “o-que-sabe-mais”, mas pessoas diferentes, com leituras diferentes do mundo, resultantes de suas histórias de vida. No grupo, essas pessoas constituem-se como atores que interagem para construir conhecimento.

Tal processo, contudo, nunca está dissociado da prática, isto é, não está restrito ao discurso, às discussões estereis e às análises exaustivas da realidade, como se esses atores não fizessem parte do mundo ou como se o mundo se restringisse à experiência interna do grupo. Quando investigamos e buscamos as causas do que acontece a nós e aos outros, inseridos em uma realidade comum, estamos dialogando com o mundo e conseqüentemente aprendendo com ele e com os outros.

O diálogo é o ato de criticamente perguntar, ouvir, pronunciar a palavra mobilizadora e, por isso mesmo, exige reflexão e gera ação.

Para Freire, dizer a palavra é pronunciar o mundo e existir com ele.

² Acción cultural y alfabetización de adultos. Seminário do prof. Paulo Freire no Colégio Latino, em Roma, novembro de 1972.

Dialogar, então, é dizer a palavra e convidar o outro a assumir sua história conosco.

Assim é preciso estabelecer um processo educativo de aprendizagem em conjunto, que gere um compromisso com a realidade na qual cada um e todos estamos inseridos, lembrando que a educação não é neutra, tem sempre caráter político, em função da intencionalidade de quem a pratica, intencionalidade essa que se faz presente em cada uma das palavras, atos e gestos do educador.

Foi por meio de sua visão política de educação que Freire vislumbrou a possibilidade de uma educação libertadora, dimensão que não pode ser ignorada, pois, se o for, ocultará uma parte significativa da realidade que se quer modificar.

Nesta leitura da obra de Freire, feita no contexto do CDI, encontramos ainda um quarto pressuposto que nos ajuda a compreender...

A não neutralidade da educação e seu caráter político

Por trás de todo discurso e de toda ação existe um sujeito, uma escolha, um objetivo, uma intenção.

Freire entende que todos somos sujeitos que pensamos e agimos de acordo com nossa realidade e modo de viver. Por isso somos seres políticos. Mesmo quando, diante de uma dada situação, cruzamos os braços e nos omitimos, ainda assim estaremos fazendo uma opção política.

Quando escolhemos um modo para que o trabalho aconteça nas EICs, quando optamos por um parceiro entre vários na comunidade, estamos fazendo uma opção política. Para proceder a essa e a outras escolhas, refletimos sobre o que fazer, gerando assim um posicionamento diante daquela realidade e, portanto, atuando politicamente.

Para o CDI, assim como para Freire, o processo educativo é um modo de estimular a construção de um mundo onde todos sejam sujeitos da história. Essa ação educativa implica possibilitar o acesso às tecnologias digitais para os excluídos delas, e assim estimulá-los a recriar suas histórias, inscrevendo-se no mundo como cidadãos.

Fazer isto leva-nos a analisar um quinto pressuposto.

Novas tecnologias

A não neutralidade das tecnologias

A tecnologia não é novidade. Sua origem é a condição humana. Ela resulta da relação entre os seres humanos e o mundo natural; é meio e fruto da ação humana sobre a realidade. Na história, a cada desafio que lhe é proposto pelo meio, o homem cria novas possibilidades técnicas que poderão melhorar ou piorar sua vida. Exemplo disso, na educação, é a criação da imprensa, que resultou numa revolução sem precedentes e possibilitou o acesso de milhões de pessoas ao conhecimento sistematizado e veiculado por livros, jornais, revistas, folhetos etc. Porém, como tudo o que existe, a tecnologia também tem várias facetas, o que fica patente quando constatamos que a pesquisa atômica levou, por um lado, à fabricação da bomba e, por outro, ao tratamento do câncer.

Paulo Freire, como homem do seu tempo, foi um entusiasta do uso das tecnologias disponíveis na época. Em seu trabalho com os Círculos de Cultura, ele já se utilizava de projetor de slides, material impresso, mimeografado etc. Isso também acontecia em outras iniciativas de educação popular, em que se produziam de boletins a programas de rádio para mobilizar as comunidades envolvidas, com o objetivo de levá-las a pensar sobre seus problemas, procurando resolvê-los, e a valorizar e divulgar a cultura local.

Até aqui, percebemos que, assim como ocorre na educação, por trás de toda tecnologia, há sempre alguém pensando em como, por quê e para quê usá-la. A natureza da ferramenta tecnológica permite que a humanidade a utilize tanto para dominar e destruir a natureza, para oprimir e violar direitos quanto para educar, restaurar, libertar. A vocação histórica do ser humano é ser sujeito de seu tempo, para o melhor ou para o pior. Isso quer dizer que a humanidade, de posse de suas potencialidades, do conhecimento de sua realidade e dos recursos técnicos de que dispõe, pode transformar o mundo, se de fato desejar fazê-lo.

Se é assim, então por trás de toda tecnologia também existe uma escolha política. O que fazer? Por que usar a tecnologia? Para que usá-la? Como usá-la?

O grande desafio de educadores e educandos que compõem a Rede CDI e daqueles que se propõem a fazer Inclusão Digital é promover ações educativas que incentivem o uso social crítico e criativo das tecnologias da informação e comunicação. Diante disso, temos a

responsabilidade de fazer do acesso a essas tecnologias um canal que mobilize redes e produza possibilidades concretas de mudança, que gere ações que levem à transformação social e contribuam para a formação de cidadãos agentes dessa mudança.

Desafios políticos: onde queremos chegar? Como chegar?

Com o objetivo de tornar mais clara sua metodologia, o CDI identificou quatro eixos estratégicos que, ao mesmo tempo em que auxiliam o desenvolvimento da prática pedagógica, ajudam a observar o movimento de sua missão nas comunidades em que a instituição atua.

Mergulhando na comunidade ou na realidade

Trata-se da aplicação de uma estratégia inicial, voltada à construção de conhecimento, visto que a comunidade é tida como o lugar onde o sujeito pode exercitar um olhar mais agudo sobre a realidade e compreender os mecanismos que a determinam. A comunidade gera o conteúdo do processo de aprendizagem da educação cidadã.

Educandos e educandas agindo

Para o CDI, ser cidadão e cidadã é ler o mundo, sentir, pensar, interagir e agir sobre o meio, passando da passividade e dependência ao protagonismo. A utilização das ferramentas tecnológicas próprias de seu tempo permitem ao sujeito pronunciar o mundo e se pronunciar no mundo. No processo de pensar em como agir e por que agir, os educandos e as educandas do CDI descobrem-se parte de um coletivo no qual podem e devem intervir, ao mesmo tempo em que se desenvolvem como indivíduos, como produtores de conhecimento e como usuários da tecnologia em busca de autonomia.

EIC fazendo Rede

Ao pensar em maneiras de mudar uma dada realidade e nos recursos locais disponíveis para isso, as EICs iniciam um processo de articulação local. À medida que uma ação local amadurece e consegue agregar mais pessoas, outras organizações, o poder público e até outras EICs, ela se torna mais forte, ampliando assim seu poder de mobilização na comunidade e, por vezes, atingindo toda uma região ou mesmo toda uma cidade.

EIC como referência na comunidade

A EIC torna-se referência na comunidade, quando se utiliza do potencial das tecnologias da informação e comunicação para estimular o protagonismo dessa mesma comunidade, captando recursos financeiros, humanos e tecnológicos e identificando seu potencial para gerar respostas aos problemas locais. Ao mesmo tempo, disponibiliza suas instalações de forma receptiva e criativa para mobilizar as pessoas que ali vivem e as organizações que ali se instalam.

Nossa prática: como o trabalho pedagógico acontece na EIC?

O conhecimento é, para nós como para Paulo Freire, algo que surge da intervenção do ser humano na realidade, o que, por sua vez, exige um diálogo entre as pessoas envolvidas e o mundo onde vivem e interagem, diálogo esse mediado pelas linguagens e pelos recursos tecnológicos próprios de seu tempo. Pensando assim, o método de inclusão digital que adotamos prevê uma prática interventiva baseada em três momentos: (1) o mergulho na realidade e na comunidade, que possibilita a identificação de uma situação-problema ou limite, (2) gerando um plano de ação, no qual se levantam as informações (o quê, onde, como, quem e quando) e (3) desencadeando uma ação que pretende encaminhar, total ou parcialmente, aquela situação. Todas essas etapas são mediadas pelas tecnologias da informação e comunicação.

Como isso acontece?

Lendo o Mundo

Ler o mundo é mergulhar na realidade e procurar percebê-la, senti-la, desvendá-la. O momento da leitura do mundo é o momento das descobertas, de se perguntar que mundo é esse, de se inscrever nele e de constatar como as tecnologias podem ajudar a mudar as situações presentes. É também o primeiro momento, no qual educandos e educadores saem da EIC para conhecer melhor o lugar onde se encontram, caminhando por suas ruas, ouvindo e vendo pessoas, observando e participando de situações a que nossos sentidos já se acostumaram e que, por isso mesmo, já não nos sensibilizam.

Problematizando o mundo, conhecendo o próprio chão

É chegada a hora de refletir sobre o porquê das situações descobertas. De pensar sobre o jeito como as diferentes pessoas respondem a esses acontecimentos, de identificar qual a situação que mais aflige os que vivem naquela comunidade (situação-limite ou situação-problema), de relacionar os recursos humanos e tecnológicos passíveis de mudá-la, de planejar uma ação coletiva para superá-la. É o momento de pensar em como pronunciar o mundo.

Agindo sobre o mundo e pronunciando-o

Após identificar a situação-problema e definir o que fazer (a ação), é hora de planejar como fazer (plano de ação), e de executar a ação planejada. É hora de convocar, de mobilizar a comunidade e de se organizar com ela para enfrentar o problema.

Avaliando e refletindo sobre o processo

A avaliação perpassa todo o processo, ora como apoio à continuidade das fases planejadas com o grupo, ora como leitura das aprendizagens individuais e coletivas adquiridas por todos os envolvidos: educandos, educadores, coordenadores etc. Para o CDI, mais do que medir aprendizagem, a avaliação é um instrumento de conhecimento, porque possibilita acessar a prática, refletir e retornar a ela de modo mais qualificado.

Para que isso realmente aconteça, porém, é preciso registrar, produzir uma memória concreta de todo o processo vivido, parando em alguns momentos para resgatá-la. O registro permite recuperar o que foi realizado até ali e planejar novas intervenções futuras. O grupo vai então adquirindo significado, vínculos e segurança no manejo das ferramentas tecnológicas. Com a mediação comunitária, saímos de um processo de consciência ingênua, em que nos víamos isolados do mundo, para o processo de conscientização, quando pronunciamos o mundo e passamos a fazer parte ativa dele.

Ao nosso ver, comungar com o pensamento paulofreireano é construir uma prática educativa que contribua efetivamente para a formação de seres humanos sensíveis, solidários, críticos e conscientes de si e sujeitos da realidade. Este é um desafio que não se pode encerrar no discurso teórico, como já observamos aqui, mas que precisa instalar-se

na realidade, o que exige investimento na capacidade do grupo de costurar a teoria e a prática pois, para Freire, “libertação autêntica (...) é práxis, que implica a ação e a reflexão dos homens sobre o mundo para transformá-lo. (...) O que fazer é teoria e prática. É reflexão e ação.”

Referências bibliográficas

Livros e artigos:

FIGARO, Rosei e BACCEGA, Maria Aparecida. *Sujeito, comunicação e cultura: entrevista com Jesús Martín-Barbero*. Revista do Curso de Gestão de Processos Comunicacionais da Universidade de São Paulo, n. 15; São Paulo: Moderna, 1999; p. 62- 86.

FREIRE, Paulo. *A educação como prática da Liberdade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974.

_____. *A pedagogia do oprimido*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974

_____. *Extensão ou comunicação?* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2001

HOLLIDAY, Oscar Jara. *Para sistematizar experiências*. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2006

TORO, Jose Bernardo e WERNEK, Nisia Maria Duarte Furquim. *Mobilização social: um modo de construir a democracia e a participação*. Unicef, Brasil, 1986

Outros documentos:

Proposta Político-Pedagógica do CDI: reconstruindo nossas práticas, Rede CDI, 2005.

Case Study – CDI São Paulo: *Consultoria em inclusão digital – uma estratégia para explorar novos caminhos de intervenção social e para gerar alternativas de sustentabilidade*.

Outros links

Portal Pró-Menino –
<http://www.promenino.org.br>

Revista A Rede – revista mensal especializada em projetos de Inclusão Digital. <http://www.arede.inf.br>

Proposta Político-Pedagógica do CDI, disponível em <http://www.cdi.org.br>

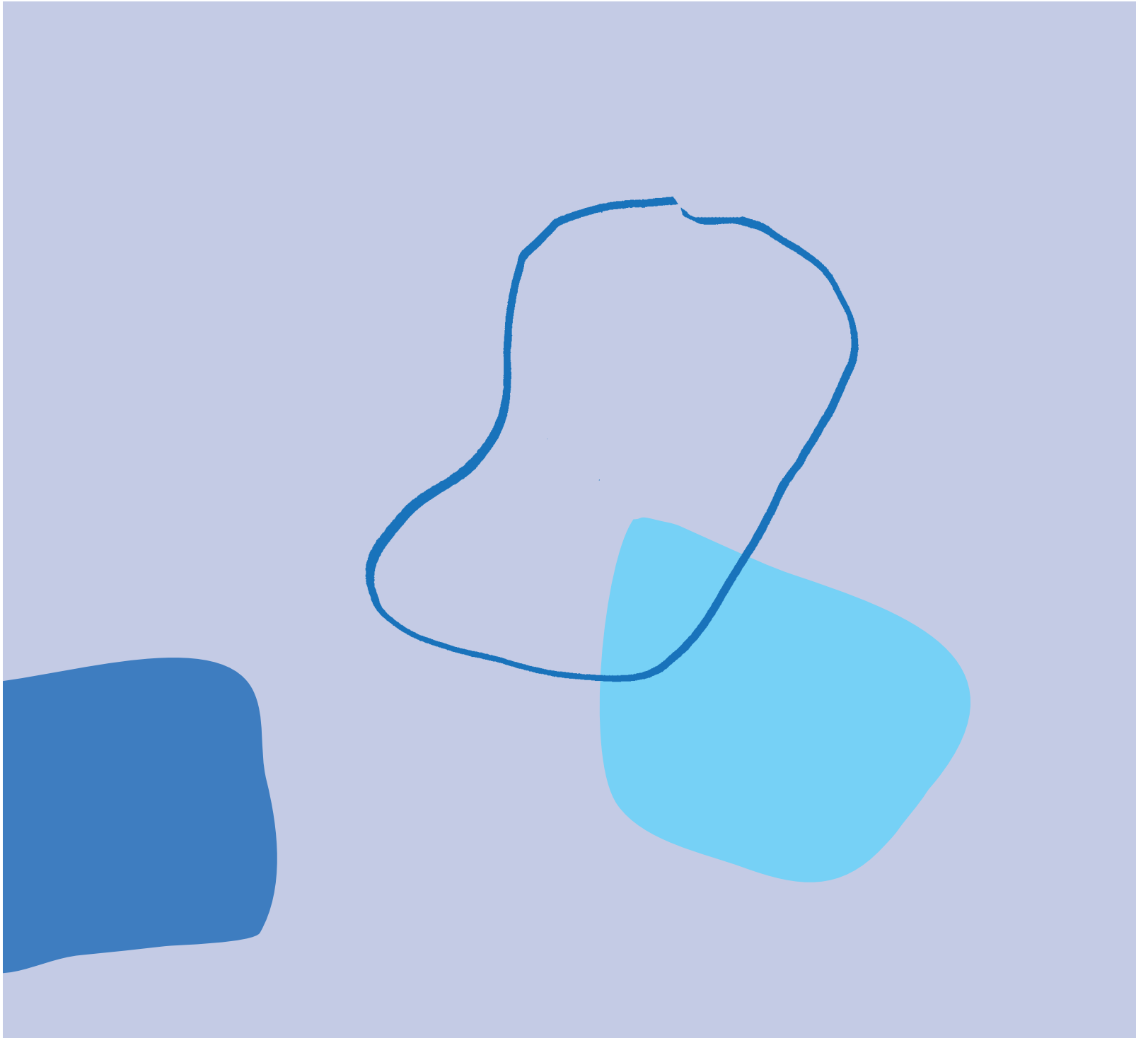
Instituto Paulo Freire,
<http://www.paulofreire.org>

Portal EducaRede
<http://www.educarede.org.br>

Portal da Fundação Telefônica
<http://www.fundacaotelefonica.org.br>

Site do CDI São Paulo,
<http://www.cdisaopaulo.org.br>





Bibliografia

BORJAS, Beatriz. Metodología para sistematizar prácticas educativas: Por las ciudades de Italo Calvino. Caracas: Federación Internacional de Fe y Alegría, 2003.

BOAL, Augusto. Teatro do Oprimido e outras poéticas políticas. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

Centro de Estudos e Pesquisas em Educação, Cultura e Ação Comunitária. EducaRede: inclusão digital na escola. São Paulo: CENPEC, 2006. 5v. (Coleção EducaRede: Internet na Escola; v.1).

Centro de Estudos e Pesquisas em Educação, Cultura e Ação Comunitária. Ensinar com Internet: como enfrentar o desafio. São Paulo: CENPEC, 2006. 5v. (Coleção EducaRede: Internet na Escola; v.2).

Centro de Estudos e Pesquisas em Educação, Cultura e Ação Comunitária. Sala de informática: uma experiência pedagógica. São Paulo: CENPEC, 2006. 5v. (Coleção EducaRede: Internet na Escola; v.3).

Centro de Estudos e Pesquisas em Educação, Cultura e Ação Comunitária. Letras e teclado: oficina de textos na Web. São Paulo: CENPEC, 2006. 5v. (Coleção EducaRede: Internet na Escola; v.4).

Centro de Estudos e Pesquisas em Educação, Cultura e Ação Comunitária. Comunidades virtuais:

aprendizagem em rede. São Paulo: CENPEC, 2006. 5v. (Coleção EducaRede: Internet na Escola; v.5).

CORROCHANO, Maria Carla e WRASSE, Dilson. Elaboração participativa de projetos : um guia para jovens. São Paulo: Ação Educativa, 2002.

da COSTA, Antonio Carlos Gomes. Protagonismo juvenil. Salvador: Fundação Odebrecht, 2000.

FOSCHINI, Ana Carmen e TADDEI, Roberto Romano. Blog in: Coleção Conquiste a Rede. Disponível em <http://www.creativecommons.org>

FOSCHINI, Ana Carmen e TADDEI, Roberto Romano. Flog & Vlog in: Coleção Conquiste a Rede. Disponível em <http://www.creativecommons.org>

FOSCHINI, Ana Carmen e TADDEI, Roberto Romano. Jornalismo Cidadão - você faz a notícia in: Coleção Conquiste a Rede. Disponível em <http://www.creativecommons.org>

FOSCHINI, Ana Carmen e TADDEI, Roberto Romano. Podcast in: Coleção Conquiste a Rede. Disponível em <http://www.creativecommons.org>

FREIRE, Paulo. Pedagogia do oprimido. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974.

HOLLIDAY, Oscar Jara. Para sistematizar experiências. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2006.

MONTENEGRO, Fábio e RIBEIRO, Vera Masagão (editores). Nossa escola pesquisa sua opinião: manual do professor. São Paulo: Global, 2002.

NEUMANN, Lycia Tramuja Vasconcelos e NEUMANN, Rogério Arns. Desenvolvimento comunitário baseado em talentos e recursos locais – ABCD. São Paulo: Global; IDIS – Instituto para o desenvolvimento de investimento social, 2004.

SILVA, Antonio Luiz de Paula e. Utilizando o planejamento como ferramenta de aprendizagem. Global: São Paulo, 2003.

TEIXEIRA, Maria de Lourdes Trassi. As histórias de Ana e Ivan: boas experiências em liberdade assistida. São Paulo: Fundação Abrinq, 2003.

TORO, José Bernardo & WERNECK, Nilsa Maria Duarte. Mobilização social: um modo de construir a democracia e a participação. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.



ESTE LIVRO FOI COMPOSTO EM THE SANS LIGHT E IMPRESSO
EM PAPEL RECICLATO DA SUZANO PELA GRÁFICA E EDITORA MAKROKOLOR
PARA A FUNDAÇÃO TELEFÔNICA EM OUTUBRO DE 2007.

TIRAGEM: 2.000 EXEMPLARES.





